ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

ATA Nº 032

PRESIDENTE - DEPUTADO JULIANO JORGE

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-tarde.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta a presente Audiência Pública com o objetivo de discutir a redução do Fundo de Participação dos Municípios.

Convido, para compor a Mesa de Honra, o Deputado J. Barreto, o Deputado Dilceu Dal Bosco, o Deputado Silval Barbosa, 1º Secretário da Assembléia Legislativa; o Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, companheiro Ezequiel da Fonseca; o Deputado Carlão Nascimento; o Prefeito de Sinop, Nilson Leitão, representando todos os Prefeitos aqui presentes; e o palestrante João Galdino de Medeiros, que é um profundo conhecedor dos tributos federais aqui do Estado e da nossa federação.

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Rosário Oeste, Zeno Gonçalves; do Prefeito de Santo Antônio do Leste, Pedro Luiz Brunetta; do Prefeito de Nova Monte Verde, companheiro Geremias Bortolato; Prefeito de Nobres, Flávio Dalmolin; Prefeito de Dom Aquino, Cleomar José da Costa; nosso companheiro de Carlinda, Prefeito Geraldo Ribeiro de Souza; Prefeito de Matupá, Valter Miotto; Prefeito de Santa Rita do Trivelato, Ison Matschinske; Prefeito de Denise, Israel Antunes; Prefeito de Nova Olímpia, Francisco Soares de Medeiros; Prefeito de Barra do Bugres, Arnaldo Pereira; Prefeito de Comodoro, Wilson Piovesan; Prefeito de Figueirópolis d'Oeste, Pedro Carmo da Silva; Vereador de Figueirópolis d'Oeste, Anísio Aparecido; Prefeito de Paranaíta, Yukio Miyazima; Prefeito de Santo Antônio do Leverger, Eduardo Belmiro; Prefeito de Nova Lacerda, Maximiano Carreta; Prefeito de Nova Marilândia, José Aparecido dos Santos; Prefeito de Nortelândia, Rodolmildo Rodrigues Silva; Presidente da Câmara de Lucas do Rio Verde, Luiz Francisco Martinello.

Convido, para fazer parte da Mesa, o representante do Deputado Federal Carlos Abicalil, Sr. Oreny Francisco; o Sr. Vivaldo Lopes, representando, neste ato, o Prefeito da Capital Mato-grossense, o Sr. Roberto França.

Saúdo o Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Antônio Junqueira.

Com a palavra, o Sr. Ezequiel Ângelo Fonseca, Presidente da AMM-Associação Mato-grossense dos Municípios.

O SR. EZEQUIEL ÂNGELO FONSECA – Boa-tarde a todos!

Eu quero cumprimentar os Deputado Juliano Jorge, Silval Barbosa, Carlão Nascimento, Dilceu Dal Bosco, J. Barreto, enfim, todos os Deputados da Casa que se fazem presentes; o colega Nilson Leitão, que faz parte da Mesa; o companheiro Vivaldo Lopes, que representa a Prefeitura de Cuiabá, o Prefeito Roberto França; quero cumprimentar também o companheiro palestrante do dia de hoje.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Agradecer aqui a presença da imprensa em geral; agradecer também a oportunidade que esta Casa tem nos dado desde o começo dessa luta, que é uma luta do municipalismo. Desde março, na sexta marcha em Brasília, esta Casa esteve presente e, em nome do Presidente Riva, agradeço a Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Quero agradecer a todos os Prefeitos que se fazem presentes neste momento e que têm dado todo respaldo para que pudéssemos estar participando neste movimento tão importante para os municípios brasileiros, onde estão inseridos os Municípios de Mato Grosso.

Portanto, agradeço a todos pela presença maciça, e dizer que o nosso movimento, o Movimento Municipalista, só vai para frente desse jeito, com essa mobilização e com essa participação.

Quando fomos chamados pela Assembléia Legislativa, através do Deputado Juliano Jorge, ficamos muito satisfeitos, e queremos, de público, agradecer. Os prefeitos agradecem porque já tínhamos o apoio desta Casa, mas este momento é fundamental para que o municipalismo possa estar demonstrando os fatos que neste momento nos afligem. Se não fizermos uma movimentação, se não tivermos o apoio da sociedade, o apoio da Assembléia Legislativa, do Governo do Estado, enfim, de todas as entidades organizadas, o nosso movimento não será um movimento forte como está sendo agora,

Então, em nome de todos os Prefeitos, Deputado Juliano Jorge, agradeço à Assembléia Legislativa.

E, neste momento, quero devolver a palavra a Vossa Excelência para depois fazermos as nossas considerações. Nós temos aqui números importantes para serem repassados para os Senhores Prefeitos, para fazermos uma avaliação em conjunto.

Mato Grosso tem uma Associação de Município muito forte, uma Associação que está presente em todas as brigas, nos questionamentos lá em Brasília, juntamente com a Confederação, com o Presidente Paulo, que é uma figura muito importante no cenário municipalista. Nós estamos buscando em Brasília, há mais de trinta dias, toda terça e quarta-feira, respostas para os problemas que afligem os municípios, principalmente para os pequenos e médios municípios. Isso não quer dizer que os grandes municípios não tenham problemas, e é lógico que cada um com o seu tamanho de problema. Por exemplo: Cuiabá perdeu, nos últimos meses, dois milhões de reais, que é um número bastante vultoso para a Capital de Cuiabá, também.

Então, nós estaremos falando desses números logo mais.

Devolvo a palavra ao Deputado Juliano Jorge, que vai coordenar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) – Muito obrigado, Sr. Presidente Ezequiel, pelas suas palavras.

Com a palavra, o Deputado Ságua, que veio nos prestigiar e estará viajando para Juína daqui a pouco.

O SR. SÁGUAS - Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Juliano Jorge, autor do Requerimento que culminou com esta Audiência Pública; o Deputado Silval Barbosa, 1º Secretário desta Casa; o Deputado Carlão Nascimento; o Sr. Ezequiel, nosso líder sindical e Presidente da AMM; o Prefeito Nilson Leitão; o Deputado Dilceu Dal Bosco; o Sr. Vivaldo Lopes, que é Secretário de Estado; a todos os Prefeitos, a todas as autoridades presentes, lideranças partidárias e de outros movimentos.

Dizer que, como Prefeito por dois mandatos em Juína, incorporei muito bem essa luta municipalista e não poderia furtar-me, neste momento, de estar participando desta abertura. E até não poderia estar aqui porque já havia programado uma viagem, como estarei indo para Juína daqui a pouco, nós estamos com problemas de avião lá e vou ter que ir de carro, tendo em vista que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

amanhã à noite estarei em Juruena e depois de amanhã em Aripuanã. Mas, de qualquer maneira, ainda pelo atraso da nossa agenda, estou passando por aqui.

Em primeiro lugar, quero dizer que essa questão do FPM é antiga e que venho brigando desde quando era Prefeito, em 97; e quem já é prefeito por dois mandatos, aqui está o Arnaldo, sabe disso, que estamos sempre lutando pelo aumento do FPM.

A composição do FPM, como vocês sabem, é o IPI e o Imposto de Renda, pessoa física e jurídica. E nós sempre lutamos para que as taxas de contribuições pudessem fazer parte desse bolo dos tributos para que, dessa maneira, pudessem aumentar esse bolo e, na hora da repartição, os municípios pudessem ter um pouco mais de dinheiro. Então, essa é uma das reivindicações.

Uma outra reivindicação é que o percentual destinado para o FPM pudesse ser aumentado, que hoje é de 22,5%, para a divisão com os municípios. Então, nós temos uma reivindicação de até 35% - não sei como está hoje, se é isso mesmo - de 30%, 35% da participação nos tributos nacionais para que pudessem aumentar o valor para os municípios. Historicamente, ao longo desses últimos anos, foram repassados encargos para os municípios, numa velocidade muito alta, e, na contrapartida, não vieram os recursos. Os municípios ficaram com os encargos e sem os recursos. É a questão da municipalização da saúde, da educação; é a questão da municipalização do trânsito e várias outras atividades que pertenciam ao Estado e à União que foram repassadas aos municípios sem a devida contrapartida. A contrapartida veio em menor proporção do que devia. E também nos municípios, principalmente nos municípios menores, tudo que vai do Estado ou da União para lá tem que ter a contrapartida do município. O município tem que pagar aluguel, contratar funcionário, tem que acontecer isso e aquilo.

Então, os municípios acabam ficando com uma sobrecarga de atribuições muito grande e com uma quantidade cada vez menor de recursos. Nós temos falado que, desse bolo da receita tributária nacional, em 1997 a União detinha 56%, e hoje detém em torno de 61%; os Estados detinham 29%, hoje estão com 26%; os municípios detinham 17%, hoje estão com apenas 13%. São mais ou menos esses números, com um percentual a mais ou a menos, mas é por aí. Então, cada vez mais a União está concentrando receita em suas mãos.

Sempre defendi isso. Não é de agora, que sou Deputado, que temos um Presidente da República que é do nosso Partido, que vamos defender o contrário, porque temos muitas prefeituras petistas e, com certeza, a partir do ano que vem teremos mais ainda.

Nós temos que garantir a questão da sobrevivência das prefeituras para que elas tenham condições de prestar serviços públicos de boa qualidade. É isso que nós queremos que aconteça em todas as prefeituras do Brasil.

Foi criado o Ministério das Cidades, com o Governo Lula dando importância fundamental à questão das cidades. Estão acontecendo as conferências nas cidades para que possamos ver os problemas de forma global, desde a questão do saneamento, dos serviços prestados à população, como também a questão da geração de emprego e renda.

Então, neste momento, em que existe a preocupação do Governo Federal para com as cidades, nós acreditamos e temos a convicção de que o Governo Lula atenderá parte das nossas reivindicações, porque o Governo Federal depende de recursos para tirar o Brasil da situação que aí está.

Ontem, eu acessei o *site* do Tesouro Nacional, www.tesouro.fazenda.gov.br, e lá faz um comparativo do FPM, dos repasses do primeiro semestre de 2003 com o primeiro semestre de 2002, e houve um aumento real de 8,4%. Também, fazendo um comparativo do primeiro semestre de 2003 com o primeiro semestre de 2001, houve um aumento real de 8,2%, e ainda fazendo a deflação pelo IPCA e tudo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

No mês de agosto de 2003 teve uma projeção de distribuição superior ao que já existiu no mês anterior, mas, mesmo assim, não repõe o que estava no mês de maio.

O que quero dizer com isso é que mesmo com esse aumento real - no momento em que tem restituição de imposto de renda e uma certa queda do IPI -, mesmo sendo esse aumento pequeno, é insuficiente para as prefeituras. Tem sido insuficiente.

Por isso que a luta principal tem que ser para que as taxas de contribuições possam participar da repartição do bolo do FPM como também aumentar esse percentual. E vejo que só assim teremos condições de resolver esse problema. Por quê? Porque todos os anos, de junho até setembro, outubro, quando há restituição de imposto de renda, temos muitas dificuldades. Este ano não vai ser deferente.

Em 99, nós fizemos uma paralisação de todas as prefeituras do Brasil por conta dessa questão, e todos os anos têm acontecido isso. E continuarão acontecendo se não houver uma mudança nessa forma de ampliar essa Receita para os municípios, principalmente para aqueles que dependem exclusivamente do FPM, porque tem alguns deles em que o ICMS é baixo - o Helinho está aqui, de Jangada - o ICMS é pequeno, a receita própria é muito pequena, e esses municípios dependem basicamente do FPM.

Quando a principal Receita do município cai 43%, como caiu agora por conta da restituição do Imposto de renda e por conta de uma queda do IPI, aí o município fica inviável. Em torno de 50% ou mais de 50% dos municípios brasileiros vivem essa mesma realidade.

Então, nós precisamos rediscutir essa questão e buscar uma saída para esse problema.

Gostaria de dizer que esse não é um problema desse Governo de agora, é um problema do municipalismo, de muitos anos, e que agora, com a reforma tributária, temos uma boa oportunidade para fazer essas mudanças.

Deixo empenhado o meu apoio aqui, da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa, da Deputada Verinha Araújo também, para que possamos buscar a melhor solução para essa questão.

Infelizmente, eu não vou poder participar do debate porque tenho que viajar agora, mas, de qualquer maneira, quero deixar o nosso apoio para essa causa tão importante que é o municipalismo. Só quem é prefeito sabe o quanto sofre para tentar administrar o município e dar conta das demandas em cada cidade.

Um abraço a todos vocês. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) – Muito obrigado, Deputado Ságuas, por suas palavras e, com certeza, os prefeitos do Noroeste, os prefeitos de Mato Grosso vão contar com Vossa Excelência.

Convido os Srs. Deputados Pedro Satélite e Joaquim Sucena, para fazerem parte da Mesa.

Com a palavra, o nobre Deputado Dilceu Dal Bosco.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Cumprimento o Deputado Juliano Jorge, e quero parabenizá-lo pelo Requerimento aprovado por toda Assembléia Legislativa para este evento tão importante para os municípios do Estado de Mato Grosso.

Cumprimento os Deputados Carlão Nascimento, Ságuas, Pedro Satélite, Joaquim Sucena e Silval Barbosa, 1º Secretário da Casa.

Cumprimento carinhosamente o Prefeito Ezequiel, Presidente da AMM; o meu amigo e companheiro Prefeito Nilson Leitão, de Sinop; nosso companheiro também de longas datas, Secretário de Finanças da Prefeitura de Cuiabá, Vivaldo Lopes; o Sr. João Galdino de Medeiros, que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

vai estar proferindo palestra a todos; a todos os prefeitos, em nome dessa simpatia de prefeito, Prefeito Maia, de Alto Araguaia; a todos os senhores e senhoras.

Srs. Prefeitos, podem ter certeza absoluta de que terão o apoio maciço não somente meu como de todos os Deputados da Assembléia Legislativa nesse questionamento. Nós sabemos da importância que é o aumento dos repasses às prefeituras. Bastaram, para mim, cinco meses que passei à frente da Secretaria de Finanças da Prefeitura de Sinop, ajudando o Prefeito Nilson Leitão, para saber das dificuldades que é hoje administrar e gerenciar um município, uma prefeitura. Então, eu sei a importância que é o aumento do FPM, o aumento dos repasses.

Nós precisamos sair daqui com uma proposta concreta e definitiva. Não adianta ficarmos voltando atrás, falando que foi errado nisso, naquilo ou levantando índice, pois senão vamos ficar aqui a tarde inteira. Precisamos, sim, tirar uma proposta concreta, onde com certeza terá o apoio maciço dos Deputados, de toda Assembléia Legislativa e acredito que da Bancada Federal. E daí, para que esse movimento vá além disso, tem que ter um alcance nacional para que se consiga alguma coisa. O Dr. Vivaldo Lopes me passou uma proposta que, com certeza, irá apresentar, de autoria do Prefeito de Cuiabá.

E acho que é por aí que nós temos que partir, pegando proposta de um, de outro e envolver toda a sociedade, os Deputados, a Bancada Federal até chegar onde interessa, onde resolve e onde poderá resolver a questão dos prefeitos.

Espero que tenhamos uma Audiência objetiva, prática e, a partir daí, que haja uma seqüência dos trabalhos, porque não adianta ficarmos aqui discutindo os assuntos entre nós, no Estado de Mato Grosso, entre os Prefeitos, se não tiver uma ação que atinja em nível nacional, principalmente o Governo Federal, para que ele entenda e tenha sensibilidade suficiente para saber que vai ter que fazer algumas concessões a fim de que os nossos municípios sobrevivam ou, senão, vai acontecer em Mato Grosso o que está acontecendo praticamente no restante do nosso País, com prefeituras fechadas, falidas e que daqui a pouco nem os serviços essenciais os prefeitos vão conseguir fazer.

Então, coloco-me à disposição de todos os Prefeitos, da Associação dos Municípios, enfim, tenho certeza de que a Assembléia Legislativa estará apoiando tudo o que for definido, qualquer proposta que sair daqui.

Um abraço a todos! Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) - Muito obrigado, Deputado Dilceu Dal Bosco.

Gostaria de registrar a presença da Prefeita de Vera, Sr^a Izani Luíza; do Prefeito de Barão de Melgaço, Sr. Ibson Silva Leite; do Prefeito de Lambari d'Oeste, Sr. Ciderval Carvalho de Azevedo; do Prefeito de Alto Araguaia, Sr. Maia Neto; e do Vereador de Comodoro, Sr. Edinei Piovezan.

Com a palavra, o nobre Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Deputado Juliano Jorge, que preside esta Audiência Pública, quero cumprimentá-lo pela iniciativa da proposição.

Cumprimento os Prefeitos Nilson Leitão e Ezequiel, e, em nome dos dois, cumprimento todos os Prefeitos e Prefeitas aqui presentes; o Deputado Dilceu Dal Bosco; o Deputado Joaquim Sucena; o Deputado Pedro Satélite; o Deputado Silval Barbosa; o palestrante do dia; o nosso Secretário de Finanças da Prefeitura de Cuiabá, neste ato representando o Prefeito Roberto França; senhores e senhoras e o nosso Presidente Deputado Riva.

Apenas para dizer que também quero me colocar aqui como parceiro de todos os Prefeitos e Prefeitas nessa luta, que é uma luta de todos nós.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

E vejo que o Estado passa a ser um ente puramente virtual nesse processo, porque as coisas acontecem lá no município. A Constituição de 1988 trouxe muitas responsabilidades para os municípios, mas não houve nenhuma contrapartida nisso, haja vista que os Prefeitos, hoje, são responsáveis por toda a educação infantil, que é a antiga creche. Pega-se e gasta-se muito dinheiro nessa área, e o gasto com o ensino fundamental muitas vezes é dividido com o Estado.

Sei também da dificuldade que os Prefeitos viveram e vivem com relação a ter de transportar os alunos. Toda a responsabilidade cai nas costas do Prefeito. E muitas vezes não tem do Estado, não tem da União a contrapartida.

E é por isso que nós tivemos aqui a sensibilidade, como ex-Secretário de Estado de Educação, de fazer primeiro uma lei que dividisse melhor a questão do salário-educação. E acompanhei também, recentemente, a aprovação da lei que, por força da pressão que fizeram os Prefeitos lá em Brasília, altera a LDB no sentido de que o Estado possa ser responsável pelo transporte dos seus alunos e que os Prefeitos possam ser responsáveis apenas pelos alunos de sua rede.

Mas, além disso, os Prefeitos têm toda a responsabilidade também com a saúde, a têm com a segurança, que nós sabemos de longas e longas datas, não estou dizendo que é de agora, que são os Prefeitos que ajudam quando se precisa de segurança. Não tem carro, não tem gasolina, e os Prefeitos são obrigados a bancar, porque as coisas acontecem é lá.

Portanto, contem conosco nesse trabalho.

Mas quero deixar aqui uma outra coisa que pretendo discutir depois com os Prefeitos, porque, além de discutirmos a questão do FPM, é necessário, também, fazer uma revisão na questão do ICMS. Essa foi a grande reforma que a União já fez. Ao invés de se criar imposto, criaram-se as taxas. E o dinheiro fica para o Estado, fica para a União, e nada chega ao Município. O CPMF fica com o Governo Federal. E aqui no Estado não foi diferente. Criou-se o FETHAB e desse FETHAB não chega nem um centavo aos municípios. Só de imposto do óleo diesel hoje, de cada litro de óleo diesel, dez centavos vão para o FETHAB, e esse dinheiro não chega para os Prefeitos, não chega para a Educação e não chega também para a Saúde. Quer dizer, é uma outra coisa que nós precisamos discutir aqui no Estado.

Vamos ver como ficará essa Reforma Tributária. E acho que hoje os Prefeitos têm a grande chance de fazer todo esse manifesto.

Nós tivemos hoje uma reunião com o Governador e ele colocou a todos os Srs. Deputados e as Sras Deputadas de que os Governadores do Centro-Oeste se reuniram e colocaram para o Presidente da República que são contra a reforma tributária da forma como ela está sendo posta, porque irá realmente prejudicar ainda mais o nosso Estado e, com certeza, ainda mais os nossos municípios.

Portanto, estou aqui à disposição dos Prefeitos para estar junto com Vossas Excelências nessa luta. E acho que nós temos agora, na reforma tributária, uma luz no fim do túnel para modificar a reforma tributária de tal forma que possa dividir os recursos com o Estado e também com os municípios.

Contem conosco. Felicidades nessa luta (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) – Gostaria de convidar para compor a Mesa a Deputada Verinha Araújo.

Gostaria de agradecer o Deputado Riva, que apresentou conosco esse Requerimento e deu todo o apoio para que fizéssemos hoje esta Audiência Pública. Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

O SR. RIVA – Quero cumprimentar o Presidente desta Audiência Pública, o Deputado Juliano Jorge, e parabenizá-lo pela iniciativa; cumprimentar o Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Sr. Prefeito Ezequiel Fonseca; o Prefeito de Sinop, Sr. Nilson Leitão; o Exmº Sr. Secretário Vivaldo Lopes, que representa aqui o Prefeito Roberto França; os meus colegas Deputados Joaquim Sucena, Carlão Nascimento, Dilceu Dal Bosco e a Deputada Verinha Araújo; os Srs. Prefeitos aqui presentes. É um prazer estar aqui.

Eu dizia ao meu amigo Deputado Juliano Jorge que, ainda lá na reunião no Palácio, principalmente nós Deputados que somos municipalistas, que convivemos com os problemas do dia-a-dia dos municípios - e aqui vejo um grande número de prefeitos, e já os parabeno porque há pouco tempo atrás era muito difícil reunir prefeitos para discutir determinados temas...

E sempre questiono, Ezequiel, que se os prefeitos tiverem noção da força que tem e conseguir mobilizar em Brasília, muda não só a Reforma Tributária como a Reforma Previdenciária e tudo quanto é reforma, porque os nossos congressistas que lá estão podem ter suas convicções, mas não podem votar toda e qualquer matéria sem antes consultar aqueles que são os gestores, que convivem com os problemas do dia-a-dia, que são os prefeitos.

Eu tenho dito, e às vezes até sou questionado, que sou contra não a reforma tributária – é preciso dizer – sou a favor da reforma tributária e já travei alguns debates aqui, mas uma reforma tributária que venha acompanhada de uma reforma fiscal, Deputado J. Barreto, que nós temos defendido.

O que é reforma fiscal? É um novo modelo de distribuição dos recursos. É preciso levar em conta que os problemas estão nos municípios e alguns deles nos estados e poucos deles na União.

Agora, é lógico, não podemos tapar os olhos para os problemas que temos aí, Deputado Silval Barbosa, a concentração da dívida na União, um passado que veio acumulando de dívidas e que o Brasil tem que pagar, e todos nós somos responsáveis por isso. Mas nem por isso, Edu, vamos deixar os municípios morrerem, porque, ao mesmo tempo em que defendemos a criação de novos municípios, e é necessário criar novos municípios, nós começamos a refletir, Maia.

Daqui a pouco vamos ser obrigados a defender a reincorporação de municípios, se continuar da maneira como está. Infelizmente, é uma realidade que temos que discutir e refletir sobre ela. Aí vocês vão me falar: Mas não é conveniente a criação de novos municípios? É conveniente a criação de novos municípios, mas não com essa política que aí está, com essa política de distribuição de receita. Não só a questão do FPM. Vocês foram pego agora pela redução do FPM em função da restituição do imposto de renda. Amanhã, pode ser por uma outra circunstância. Os Prefeitos estão eternamente convivendo com essa possibilidade de redução de receita, na questão do ICMS.

E vou voltar a defender, sei que não é conveniente para alguns, mas é conveniente para a maioria, e é preciso rediscutir, sim, a forma de redistribuição de ICMS, quiçá implantando o ICMS Social para contemplar os municípios. Nós temos situações em Mato Grosso que é difícil conviver com ela. Pegamos alguns municípios, dependendo da sua situação econômica, e eles estão esmagados.

Infelizmente, é uma situação que nós temos que rediscutir, não há como se omitir nessa discussão. E aí vem a questão do transporte escolar, e já vejo a maioria dos prefeitos anunciar que não vai fazer transporte escolar no ano que vem, mesmo com a aprovação dessa lei. E é uma lei.

Há poucos dias, a Deputada Verinha Araújo me confirmou que é uma lei que a maioria dos Prefeitos defende... (NESTE MOMENTO, A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

O SR. RIVA – Do transporte escolar. Mas, sinceramente, ainda não é o melhor para os municípios. Os municípios não têm condições de suportar o transporte escolar!

E aí você pega a reforma tributária. Por que é que não se fala na reforma fiscal, Deputada Verinha Araújo? É porque - eu estou citando a Deputada Verinha não por discriminação, mas é porque somos nós que mais debatemos esse assunto –, ao longo dos anos, a União fez todas as reformas que ela quis e da sua forma. Ela ampliou o Imposto de Renda quando foi preciso, criou o CPMF quando precisou... E o município, quando precisa de caixa, faz o quê? O que é que se pode criar? Onde é que podemos aumentar sua receita? Não podemos.

Então, eu achei muito coerente a afirmação do Governador hoje, e seria incoerente afirmar diferente, de que tem que esperar agora. O próprio Presidente Lula disse há poucos dias, eu ouvi, que é o momento de discutir, de esperar. Se votar essa Reforma Tributária que aí está, vou continuar afirmando: não representa avanço nenhum para municípios e estados. É preciso que os senhores se mobilizem agora, porque depois que votar, não reclamem mais; depois que nós perdermos a oportunidade de discutir, de debater, de enfrentar o debate lá, não adianta reclamar.

E acho que os Srs. Prefeitos, na pessoa do Presidente, estão acompanhando isso, e é importante que continuem acompanhando. Está aí, sem dúvida nenhuma, a oportunidade dos municípios se inserirem nesse debate, de participar dele e de defender, porque junto com essa reforma tributária vem a reforma fiscal para redefinir o bolo dos recursos federais na distribuição para os municípios e estados. É importante participarmos disso agora, sendo que depois não tem mais nenhuma validade.

E, nesse aspecto, a AMM tem se mobilizado, a sociedade organizada está se mobilizando para fazer esse debate. Inclusive aqui em Mato Grosso alguns empresários trouxeram propostas concretas, que chegaram a Brasília, através do Deputado J. Barreto, da minha pessoa e dos outros Deputados que participaram.

Então, eu venho aqui para dizer que é oportuna essa discussão. Pena que nós ficamos sentindo que ela, infelizmente, às vezes não produz os efeitos imediatos que queremos, mas é um sinal de alerta que os municípios têm que dar sim, senhor. Os municípios têm que se mobilizar e os senhores têm que começar a pensar, Ezequiel.

No dia 10 tem uma grande mobilização em Brasília, e é importante que os Senhores divulguem antes para a sociedade, para que ninguém coloque o povo contra os senhores, o que os senhores têm de recursos e o que os senhores têm de compromisso, porque não vai faltar gente querendo jogar o povo contra prefeito. Não vai faltar. É importante que os senhores coloquem isso: nós temos “X”, mas temos aqui compromisso com a saúde, com a educação e com a folha. Acho muito importante colocar.

Eu, que fui Prefeito, sofri com essa situação também. E, naquela ocasião, era muito pior, nós tínhamos apenas 16% dos recursos federais, e conseguimos chegar hoje a vinte e dois e meio. Já ampliou seis pontos cinco, não é Hélio? Vossa Excelência também foi Prefeito naquela ocasião e se lembra...

O SR. EZEQUIEL ÂNGELO FONSECA (FALA FORA DO MICROFONE) –
Quatorze!

O SR. RIVA – Não, quatorze no total. Estou falando vinte e dois ponto cinco dos recursos federais. Do total eu sei que são quatorze.

Naquela ocasião era muito mais difícil. Lembro-me da mobilização que fizemos em 1983, na frente do Palácio, com a presença do Presidente da República e nós, com mil e quinhentos prefeitos, ouvimos um sonoro não. Fomos para o Congresso Nacional, não sei se o Prefeito Hélio estava naquele debate e lá no Congresso Nacional conseguimos reverter a situação e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

conseguimos, naquela época, mais dois pontos percentuais. Fomos conseguindo lentamente isso. O saudoso Silvio Maia estava conosco naquela mobilização.

Quero parabenizá-los por estarem aqui unidos. Não adianta dizer aqui que vamos resolver. Podemos fazer pouco e temos que estar conscientes disso, mas podemos muito se ampliarmos esse debate, essas mobilizações e chegarmos a Brasília com um grupo de prefeitos, de Deputados Estaduais.

Nesse mesmo dia 10, quero propor, Ezequiel, eu vou convocar, vou falar com os Presidentes das Assembléias Legislativas para tentarmos levar todos os Deputados para estarem juntos com os Prefeitos, apoiando os Prefeitos e vamos tentar mobilizar outros segmentos também. É importante a Reforma? É, mas fazer reforma simplesmente por fazer não! A Reforma Previdenciária será um avanço? Será. Agora, a Reforma Tributária tem que ser melhor analisada. Essa reforma que aí está, realmente, não contempla o sentimento não só dos Prefeitos, mas da própria sociedade, e nós sentimos isso. É um avanço estarmos debatendo-a, estarmos discutindo-a.

Então, quero cumprimentá-lo, Deputado Juliano Jorge, e pedir desculpas por termos chegado aqui correndo, é que houve uma série de compromissos e temos um outro agora, mas os Srs. Prefeitos podem contar conosco. A Assembléia Legislativa está de portas abertas. O que a Assembléia Legislativa puder fazer aqui, será feito. Em matéria que envolva interesse dos municípios, Sr. Ezequiel, nós não vamos votar sem consultar os Prefeitos. Os senhores podem ficar tranquilos, porque nenhuma matéria que envolva interesse dos municípios será votada sem uma consulta ampla à Associação Mato-grossense dos Municípios, que é a maior interessada.

Muito obrigado e um grande abraço (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) – Com a palavra, o nosso grande Deputado J. Barreto.

O SR. J. BARRETO - Sr. Presidente Deputado Riva; Deputado Juliano Jorge, autor do Requerimento que solicitou esta Audiência Pública; Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios; colegas Deputados Joaquim Sucena, Carlão Nascimento, Verinha Araújo, Silval Barbosa; Prefeitos aqui presentes; Secretários Municipais; representante de Prefeitos; quero saudar aqui o Prefeito Maia Neto; o Prefeito Brandão; o Prefeito Nilson Leitão; e a todos os Prefeitos e Prefeitas aqui presentes.

Ouvi atentamente o Deputado Riva, que foi uma das primeiras vozes levantadas nesta Casa, quanto à questão da Reforma Tributária.

O Deputado Joaquim Sucena também tem sempre se posicionado com clareza na questão da federalização dos impostos, dos tributos. E nós, com certeza, que também fomos convocados. Nesses últimos noventa dias o Deputado Riva pediu que eu fosse, por diversas vezes, em reuniões com a UNALE, com os Deputados da Frente Municipalista, em Brasília. E há uma preocupação muito grande, mesmo.

O Governo Federal abre democraticamente para o debate, mas quando vai se votar no Congresso Nacional ele fecha, evidentemente, nas questões que lhes são positivas. Agora, eu acho que chegou o momento de clareza.

Aproveitando a conversa que tivemos hoje com o Governador Blairo Maggi e com os 24 Srs. Deputados, eu quero dizer que, se os Governadores quiserem, a reforma tributária não anda, porque só o Centro-Oeste representa, aproximadamente, cem votos.

O que nós sentimos é que, realmente... Eu, que tive a honra de ser Prefeito de Rondonópolis de 1989 a 1992, sei, Deputado Dilceu Dal Bosco, o quanto é difícil, porque, como disseram aqui os diversos oradores que nos antecederam, é lá na cidade que é cobrada a saúde, o ensino básico melhor, a melhoria da infra-estrutura.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Eu não vim fazer discurso, mas quero fazer um encaminhamento, Sr. Presidente Deputado Juliano Jorge: Vamos aproveitar agora que os Governadores do Centro-Oeste do Brasil colocaram um pé atrás, para que os Prefeitos, juntamente com os Deputados Estaduais dos seus Estados – é uma articulação que a Associação Mato-grossense dos Municípios poderá fazer nos Estados brasileiros –, que as Associações dos Municípios de cada Estado se dirijam aos Governadores para colocar que é preciso também olhar para os municípios. Por exemplo: já vi a abertura de que o Governo Federal irá dividir o imposto sobre os combustíveis, o CIDE. Há recurso e o município precisa entrar nesse quinhão.

Então, o Governo Federal precisa sinalizar para que, vindo dinheiro para os Estados, os Municípios participem dessa luta que os Governadores estão travando para melhorar o bolo estadual; e que os municípios participem também da divisão desse bolo que virá para Brasília, porque os Governadores vão lutar e vão ganhar.

É preciso que aqui nos Estados os Prefeitos se dirijam aos Governadores dos diversos Estados brasileiros - e digo mais do Centro-Oeste, porque o Governador Blairo Maggi disse hoje, abertamente, claramente, que, se não houver a melhora para os recursos virem para os Estados, a reforma irá parar, com a posição clara dos Governadores do Centro-Oeste brasileiro.

Portanto, eu acho que agora, neste momento, a Associação Mato-grossense dos Municípios pode também fazer uma reunião lá na Associação e convocar o Governador para tirar dele uma posição dos Prefeitos quanto à questão da reforma Tributária. E acredito que deve avançar. A Confederação Nacional dos Municípios tem força.

É o exato momento, Deputado Silval Barbosa, em que se encerra a votação da Reforma Previdenciária, dos Prefeitos do Brasil inteiro chamarem a atenção da Confederação e amarrar essa questão, porque os estados vão ter, pode ter certeza, um ganho e os municípios, então, teriam um percentual também do CIDE e do CPMF que, se por acaso houver essa abertura, os municípios poderão participar.

Era essa a nossa participação. Como o Deputado Riva disse e o Deputado Silval Barbosa confirmou, nós estamos também à disposição, juntamente com todos os colegas Deputados, para, em qualquer debate que formos convocados, trabalhar para os municípios brasileiros e, particularmente, para os municípios de Mato Grosso.

Meus cumprimentos e parabéns ao Deputado Juliano Jorge. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) - Gostaria de cumprimentar e saudar aqui o Prefeito de Guarantã do Norte, Lutero Siqueira; o Prefeito de Mirassol d'Oeste, Lourival Carrasco; o Prefeito de Itiquira, Ondanir Bortolini; representando o Prefeito de Várzea Grande, a Sr^a Márcia Fransoso, Coordenadora de Tributos; Yolanda de Góis, Prefeita de Vale do São Domingos; e Elias Mendes Leal, Prefeito de Curvelândia.

Com a palavra, a nobre Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde a todos os Prefeitos e Prefeitas.

Gostaria de dizer que é extremamente interessante este momento que estamos vivendo no País, porque estamos lá finalizando a Reforma da Previdência, particularmente para nós, que somos do Partido dos Trabalhadores, que temos problemas hoje na nossa base para aprovar a reforma, estamos levando a reforma e vamos votá-la, depois, no segundo turno, no Senado. É uma reforma que, inclusive, vai favorecer grandemente as prefeituras hoje do Brasil.

Assim como a Reforma da Previdência, que foi protocolada no Congresso Nacional, foi protocolada também a reforma tributária. E, no dia em que ela foi protocolada, contou com a presença de todos os governadores do País lá, inclusive do Governador Blairo Maggi.

Eu fico tentando entender como é que um Governador vai lá, entrega um documento junto com o Presidente da República e não sabe o conteúdo desse texto! É isso que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

quero entender. Inclusive, hoje fiz essa pergunta ao Governador e está sendo dita a posição dele com relação aos governadores do Centro-Oeste, sobre essa questão da reforma.

Então, no dia em que vi todos os governadores lá protocolando os dois projetos de reforma junto com o Presidente, compreendi que os projetos eram de conhecimento dos governadores e que eles teriam antes discutido os projetos.

E quero inclusive dizer que aqui em Mato Grosso houve uma reunião no Hotel Paiaguás, que fica na Avenida do CPA, não sei se é o Hotel Paiaguás, mas é um desses hotéis. E vi pelo *site* da *internet* que iria ter um debate sobre uma proposição da região Centro-Oeste, antes do projeto ser entregue no Congresso, como foi, para que o Centro Oeste levasse uma proposta conjunta ao Presidente da República. Eu fui lá, só que não me deixaram participar dessa reunião. Estavam lá os Secretários de Fazenda de todos os Estados, não sei se tinha alguém da AMM lá participando. Ou seja, na minha compreensão, houve um momento, antes do projeto ser protocolado, em que os estados discutiram, houve um momento, antes que os governadores se reunissem para protocolar esse documento no Congresso Nacional.

Agora, mesmo com todas essas questões, quando vemos hoje vários segmentos se mobilizando contra a reforma tributária, os produtores, os prefeitos aqui questionando, vendo os governadores se reunindo, eu acho ótimo isso. Ótimo, porque eu nunca vi isso antes. Inclusive, eu acho que não tem nenhum prefeito do PT aqui, tem? Não tem. Tinha um que saiu. Então, isso que está acontecendo hoje é maravilhoso, porque estamos vivendo uma democracia plena neste País, onde todos os setores têm o direito de se colocar, de apresentarem suas reivindicações. Nós vimos isso na reforma da previdência.

Os senhores se lembram que na reforma da previdência, inclusive, os governadores brecharam negociações que estavam ocorrendo com o setor do funcionalismo e o Presidente Lula teve que retomar a negociação para que não avançassem, e que isso, inclusive, é uma proteção às prefeituras e a vários governos que estão com problemas na arrecadação ligado à Previdência.

Sr. Ezequiel, quero saudar e quero dizer que estou ao lado dos Senhores, vou lá em Brasília no dia 10. Por quê? Porque esse é o momento mesmo de questionar, de negociar, de ver o que é melhor. Isso nunca aconteceu. Não teve reforma tributária que passasse um tempo no Congresso e fosse engavetada. E essa reforma tributária vai acontecer. Agora, ela vai acontecer do jeito que está? Claro que não! Não diziam que a Reforma da Previdência iria ser votada do jeito que estava... E votou? Não votou, houve modificações, houve concessões. Certo?

Então, este momento é salutar, é importante, contem com esta Deputada, eu vou lá em Brasília, vamos estar mantendo o diálogo, porque isso é maravilhoso. Parabéns, Prefeitos! Vamos à luta! Vamos fazer isso, vamos questionar, vamos apresentar as proposições porque o que os Senhores estão fazendo nesse sentido de questionar, de ter o direito de falar, de ser ouvido, chegar lá e negociar, como vi ontem a Frente Municipalista sendo lançada em Brasília, vi lá também os Governadores reunindo, isso quem ganha é o País. E que depois realmente possamos pegar esses frutos e transformá-los em melhores condições de vida para a população.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) – Gostaria de cumprimentar o Prefeito de São José do Povo, Sr. Antonino Cândido da Paixão. Muito obrigado pela presença.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA – Quero cumprimentar o Prefeito Ezequiel, Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios e, em seu nome, cumprimento todos os Srs.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Prefeitos; Sr^{as} Prefeitas; o Deputado Juliano Jorge; a Deputada Verinha Araújo; o Deputado Carlão Nascimento; amigos aqui presentes; imprensa.

Parabenizar a iniciativa da proposição do Deputado Juliano Jorge, atendendo reivindicação do Prefeito Ezequiel, em promover esta Audiência Pública, vindo até onde o Legislativo, a Instituição pode contribuir com essa luta e por essa reivindicação.

Eu tenho acompanhando, Ezequiel, a luta de Vossa Excelência, juntamente com a de todos os Prefeitos do Estado de Mato Grosso. Não só essa pela perda da receita, mas em outras lutas do reconhecimento, de fazer com que os Governos de fato reconheçam as ações das Prefeituras.

Na Prefeitura, aqui muitos já disseram e vou ser repetitivo, é lá que as coisas acontecem. É lá na porta do Prefeito, é lá na porta do Vereador que as reivindicações chegam, que os problemas chegam.

E vejo que a cada ano os Governos vêm arrochando. De um ano para cá nenhum Prefeito recebeu, poucos receberam recursos da União. Veio a eleição do ano passado, mas antes da eleição não poderiam liberar recursos. Era só após as eleições. E após as eleições nada fora liberado. E hoje ainda o Governo Federal, no ajuste em que está, vem com a torneira trancada, e isso tem afetado diretamente os municípios e a população.

De certa forma, a maioria dos municípios precisa da presença do Governo Federal, do Governo Estadual no seu município.

Há dez anos atrás, parecia que as coisas eram mais fáceis. Eu fui Prefeito de Matupá de 2003 a 2006 e tínhamos, parece-me, a presença do Governo Federal com liberação de recursos mais fácil. Aqueles Prefeitos que eram mais ágeis conseguiam os recursos: era água tratada, era uma pavimentação asfáltica, era um colégio, era recurso na área social. E hoje nós estamos vendo a situação cada vez mais apertada. É o Governo que vai fazer a reforma tributária, é um desencontro de informações que não dá para entender.

A Deputada Verinha Araújo coloca com muita propriedade que houve o encontro de todos os Governadores, tiraram fotos com o Presidente da República, levaram a proposta até o Congresso Nacional, entregaram a proposta de Reforma Tributária no Congresso Nacional e que, no entender da Deputada Verinha Araújo e no nosso também, estava tudo certo com a proposta, atendendo às necessidades de cada Estado e de cada região do País.

Só que também há uma informação contrária. O Governador Blairo Maggi aqui, esses dias, estava descontente porque o Presidente combinava uma coisa com os Governadores e agia diferente no encaminhamento das propostas.

Então, deixando-nos confusos em todos os setores. Mas sabemos que, diante de toda essa confusão, cada Prefeito e nós, do Poder Legislativo, temos um mandato para cumprir. Há as ações que têm que ser feitas; há o serviço essencial de cada município, que não tem como o Prefeito correr. Hoje, com a queda da receita, nesses últimos três meses, eu não tenho dúvida de que os Prefeitos estão de cabeça quente. É mais do que justo.

E até sugiro ao Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, que já vi através dos meios de comunicação, mas gostaria de deixar este pedido e que todos os Prefeitos cobrem do Presidente, fazer uma reunião com o Tribunal de Contas do Estado e da União, porque não são todos os Prefeitos que, se continuar assim, conseguirão cumprir com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse é o problema maior.

Nós firmamos aqui, como todos os outros Deputados que já fizeram uso da palavra, o compromisso com Vossas Excelências. Estamos encaminhando, elaboramos um documento, uma carta-adesão ao movimento de Vossas Excelências para ser entregue ao Presidente da República, ao Ministro do Planejamento, ao Banco Central e a todos os nossos representantes da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Câmara Federal, aos oito Deputados Federais e ao Senado Federal, conclamando que o Governo Federal entenda essa luta não só de Mato Grosso, mas do País, porque a perda está sendo para todos os municípios.

Fica aqui o compromisso da Instituição não só nessa luta, mas em todas as causas, para o fortalecimento do municipalismo e de todas as ações dos Prefeitos.

Há pouco conversamos com o Governador, os 24 Srs. Deputados, e pedimos a ele para que continue com suas ações de conveniar com os municípios. Nós temos incrementado a Receita do Estado. A Receita líquida do Estado, graças a Deus, está crescente. O FETHAB está crescente nessa Receita e o Governo está se conveniando com aquelas prefeituras. E nós pedimos, mais uma vez, e estamos vendo que é ação do Governo não ter distinção com as prefeituras e com as siglas partidárias, para que todas as prefeituras recebam o convênio do FETHAB para a construção de casas populares, para as estradas, para os meios de infra-estrutura urbana. Esse compromisso ficou firmado com o Governador. E a Assembléia Legislativa irá acompanhar todos os encaminhamentos. Algumas ações estavam sendo feitas, às vezes, fora do acompanhamento legislativo, mas hoje ficou pactuado que a Assembléia Legislativa quer saber, quer acompanhar, porque, se tem algum município que não está recebendo esses recursos, estaremos aqui e lá no Governo cobrando para que todos os municípios recebam. Sabemos que não são os prefeitos que ganham, mas sim a população quando chega a presença com obras do Governo do Estado.

Portanto, para não me delongar, parabéns ao Deputado Juliano e a todos os Prefeitos por esse movimento.

E nós, mais uma vez, reafirmamos o compromisso de estar nessa luta lado a lado com vocês. Que Deus abençoe e que dê certo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) – Gostaria de passar a palavra ao companheiro Vivaldo Lopes, Secretário Municipal, representando o Prefeito desta Capital, Roberto França.

O SR. VIVALDO LOPES – Boa-tarde a todos!

Parabéns, Deputado Juliano Jorge! Parabéns a Casa, à Assembléia Legislativa por estar liderando e permitindo esse belo exercício democrático da discussão de coisas que interessam à sociedade de forma geral, aos municípios, ao Estado.

Eu quero apenas fazer alguns alertas, Prefeitos e Deputados, sobre o assunto que está em pauta, porque sei - não quero ser repetitivo - que discursos melhores, além do que já ouvimos, virão a respeito do assunto.

E quero registrar o seguinte aspecto: Na questão da queda do FPM, aparentemente, Srs. Prefeitos, a situação nos próximos meses, talvez até o final do ano, é mais preocupante do que a situação que estamos vivendo agora, e já sentimos muito.

É conhecido de todos os senhores o impacto dessa redução do FPM nas contas do Município de Cuiabá. Entre maio e julho deste ano, a redução foi de mais de dois milhões de reais. São quase dois duodécimos da Câmara de Vereadores que perdemos nesse período.

Mas, o que está preocupando mais, é o seguinte: O FPM é composto pelo Imposto de Renda e pelo IPI. O Imposto de Renda, além das devoluções, inexplicavelmente, este ano, aparentemente, está maior do que nos anos anteriores; o IPI apresenta queda acentuada, porque a economia está desaquecida, a indústria está desaquecida, e o Governo Federal, tentando aquecer, dá isenção de quê?

Por que é que ele não dá isenção na CIDE ou na CPMF? Deu no IPI, para a indústria automobilística tentar reerguer-se e manter empregos. Não vai nem segurar os empregos e nem reduzir o preço dos carros populares. Mas nós dos municípios vamos perder receita, porque vai continuar caindo o IPI.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Outro dado preocupante: no ano passado, numa articulação muito bem feita, pelo que vejo e já estamos sentindo falta, o Everardo Maciel, no momento em que sinalizava perda no Imposto de Renda, ele fez uma grande articulação e praticamente usou o peso do Governo Federal e obrigou os Fundos de Pensão a recolherem ao Governo Federal um imposto de renda que eles brigavam na Justiça para não recolher. Este ano não vai ter mais essa parcela grande de imposto de renda dos fundos previdenciários.

Então, para os próximos meses, não há perspectivas de volta de crescimento de IPI e nem de imposto de renda e, por conseguinte, também do FPM.

Quero fazer um alerta aos Deputados do PSDB, porque tem algumas coisas que ocorrem, Deputado Carlão Nascimento, que, às vezes, não observamos. Eu vi uma proposta da Deputada Federal Thelma de Oliveira propondo ao Governo Federal aumentar a fatia do imposto de renda que é repassado ao FCO e a FNO do Norte.

O que significa isso, senhores? O FCO é composto de uma parte considerável do imposto de renda. E tenho informações tiradas em relatórios oficiais do Banco do Brasil de que existem, guardados nos caixas do Banco do Brasil, mais de 300 milhões de reais, podendo chegar ao final deste ano a 500 milhões de reais de recursos do FCO que não são aplicados nos projetos industriais e comerciais, porque essas empresas não conseguem passar no crivo do Banco do Brasil para tomar esse dinheiro emprestado. A boa intenção da isenção de imposto de renda para alimentar o FCO, para gerar empregos e indústrias, não está ocorrendo na prática. Mas as prefeituras estão perdendo receita em função desse dinheiro ficar esterilizado. Ele sai do imposto de renda, vai para o fundo e não é aplicado na indústria, nem no comércio, nem em atividades produtivas.

E a proposta da Deputada Thelma de Oliveira, Deputado Carlão Nascimento, propõem aumentar ainda mais essa fatia do imposto de renda para o FCO. Pode ser importante para a criação de empregos? Pode ser se todo o dinheiro estivesse sendo bem emprestado para novos projetos. Mas, além de não estar gerando novos projetos, poderá reduzir o volume do Imposto de Renda disponível para os municípios e, por consequência, reduzir o FPM.

Outra observação, agora na questão de proposta na área de reforma tributária: O Governo Federal tem sido brilhante em criar tributos – isso já foi dito aqui – em que ele não precisa compartilhar nem com os Estados e nem com os municípios. Só na CPMF, vou rememorar um pouco, Senhores, teve um período que acabou a CPMF no Brasil. Aí, o Ministro da Saúde, à época, Sr. Adib Jatene, fez um esforço descomunal para convencer o Governo da época a retomar a CPMF. Pegou os melhores professores da UNICAMP, da USP para estudar qual o impacto da CPMF com um percentual sobre a movimentação financeira nos bancos para financiar exclusivamente a saúde, especialmente o SUS. Um objetivo brilhante, interessante, e um dos economistas que ajudou o então Ministro Adib Jatene a convencer o Governo a retomar a CPMF foi o Senador José Serra. Naquela ocasião, eles projetaram, na melhor hipótese, que a CPMF arrecadaria, por ano, cinco bilhões e oitocentos milhões. Este ano, Senhores, está previsto o Governo Federal arrecadar com a CPMF vinte e três bilhões de reais. Sabem quanto disso vem para nós, dos municípios, para os Srs. Prefeitos? Zero.

Em 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, convencendo a nação de que precisava investir na recuperação de estradas federais no Brasil, criou a CIDE-Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico, aquela que o Anthony Garotinho fez a pegadinha com o Lula, que incidia sobre os combustíveis, exclusivamente para investir em estradas federais. Quanto que o Governo vai arrecadar com a CIDE este ano? Oito bilhões de reais. Quanto disso vem para os municípios, Senhores? Zero. E quanto que está vindo para recuperar as estradas federais? Quem está aí, ao longo da BR-163, pode dizer quanto veio desse dinheiro para repavimentar. Zero!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Então, o que eu quero colocar aqui é que vejo a resistência ferrenha do Governo Federal em permitir a participação, agora, no Projeto de Reforma Tributária dos municípios nas contribuições. As contribuições são tributos, são subterfúgio para evitar compartilhamento dele com os municípios. O máximo que já avançaram é uma parte dos Estados participar na CIDE. Os Senhores podem perceber que nem nas sublinhas da Imprensa Nacional aparece que na CIDE está garantida a participação dos municípios. Não está claro. Se os senhores estão achando que dos 25% da CIDE que vêm automaticamente para os Estados, vêm para os municípios, não! A mesma regra que vale para o ICMS não vale para esse recurso da CIDE, Ezequiel, a menos que isso fique claro, categórico na próxima reforma tributária. Não só na CIDE como nas CPMFs.

Ah!, não se pode abrir mão do que já tem? Então tenhamos a hombridade de dizer para a sociedade que vai se aumentar os 0,38% da CPMF para 0,40%, e esses 0,02% poderão ser repassados para os municípios. Alguém precisa dizer à sociedade que os recursos que têm não são suficientes para manter o volume de serviços públicos gratuitos que a sociedade está cobrando dos municípios.

(UM PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. VIVALDO LOPEZ - Está parecendo que não existe, apesar de todo o barulho que estamos fazendo em Brasília.

E outra coisa, pelo que eu vejo, também acompanhando pela Imprensa Nacional, é que, como a Câmara de Deputados conduziu mais as negociações em torno da Reforma Previdenciária, aparentemente as negociações da Reforma Tributária ficarão muito mais conduzidas no Senado Federal. É importante, em Audiências Públicas como estas, chamarmos os nossos Senadores e a nossa Bancada Federal para que eles ouçam isso de nós. Está certo?

Não quero me alongar, só vou fazer mais um alerta, Ezequiel, que não tem nada a ver com a questão da CPMF, mas é outro imbróglio que está aí, que está atrapalhando os municípios, e que diz respeito, aqui, ao Governo do Estado, que é essa indefinição sobre o índice do ICMS. Até hoje, senhores, já estamos quase entrando em meados de agosto, não sabemos ainda qual o índice oficial de repartição do ICMS de 2003, e que deveria ter sido divulgado em 30 de agosto de 2002. Cuiabá já perdeu, nessa brincadeira, um milhão e setecentos e quarenta e oito mil reais pela indefinição da Fazenda Estadual em relação ao índice de 2003. E mais, também não sabemos nada sobre como vai ser composto o índice de participação do ICMS de 2004.

Então, são essas as observações que eu queria fazer. Incumbiu-me o Prefeito Roberto França de dizer isso aos senhores. As propostas dele foram apresentadas formalmente à AMM, e também foram apresentadas à Confederação Nacional e a todos os Parlamentares de Mato Grosso, que é claramente o Governo Federal admitir a participação dos municípios nesse Fundo que será criado.

Outra observação: Será criado outro Fundo de Compensação quando se fizer essa questão do ICMS no destino e na origem. Não vamos ficar quietos, porque, senão, os municípios serão passados para trás novamente, como foram na repartição das perdas impostas pela Lei Kandir. Os senhores se lembram disso. Nós ficamos quietos e a Lei Kandir, até agora, não devolveu praticamente nada para os municípios pela desoneração, por exemplo, na questão da soja *in natura*, que é exportada.

Eram essas observações que gostaria de fazer para refletirmos. E acho importantíssimo realizarmos Audiência Pública como esta.

Para finalizar, para não perder o hábito da polêmica com a Deputada Verinha Araújo, quando era Vereadora e debatia conosco.

Não quero me alongar mais, Deputada Verinha Araújo, apenas lembrar, porque se não Vossa Excelência fala uma coisa aqui e parece que todos nós concordamos. Mas, pelo menos,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

eu não concordo com parte da sua afirmação. Primeiro, parece que é a primeira vez que há democracia no Brasil e que é a primeira vez que os prefeitos se reúnem para debater assunto de seus interesses. Isso não é verdade. Eu, que não sou prefeito, sou um simples técnico, auxiliar de um prefeito, já participei de dezenas de reuniões democráticas para debater assuntos tanto na Assembléia Legislativa, quanto na AMM, quanto no Governo Federal.

Outro aspecto que eu gostaria de colocar, Deputada Verinha Araújo: Se a reforma da previdência e a reforma tributária não foram feitas no Governo anterior, foi porque o PT não permitiu. O PT obstruiu lá na Câmara...(PALMAS). E dou nomes. O bloqueio que o PT fez...

A Sr^a Enelinda Scalla (FALA DO AUDITÓRIO) - Isso é uma inverdade.

O SR. VIVALDO LOPES - Não, é reconhecido. É reconhecido.

A Sr^a Enelinda Scalla (FALA DO AUDITÓRIO) – Protesto!

O SR. VIVALDO LOPES - Vossa Excelência deve apresentar esse protesto a pelo menos dois Senhores, que eu citarei os nomes: Senador Aluísio Mercadante e o Presidente do seu Partido, Sr. Genoíno. Foram eles que disseram que no Governo anterior obstruíram a reforma previdenciária e a reforma tributária.

Muito obrigado a todos! (PALMAS).

A Sr^a Verinha Araújo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) – Com a palavra, pela Ordem, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu só gostaria que o Sr. Vivaldo Lopes falasse de uma Lei que Vossa Excelência se referiu, Secretário, sobre as taxas do ISS, que não tinham e que as Prefeituras irão ganhar receita. Fale alguma coisa boa do nosso Governo.

O SR. VIVALDO LOPES – Sim. Falo com satisfação. É uma Lei Federal que vai permitir aos municípios melhorar a sua receita de ICMS, mais do ISS. Mas também, por dever ético e profissional, como é sempre a minha postura, Deputada, tenho que reafirmar duas coisas: Primeiro, foi luta dos Prefeitos e dos Secretários de Finanças que trabalharam nesse projeto do ISS. E mais, não preciso relembrar a Vossa Excelência, porque sei que Vossa Excelência sabe, que essa Lei é de autoria do então Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) – Muito obrigado, Secretário Vivaldo Lopes.

Gostaríamos de registrar a presença da Vereadora da Capital, Enelinda Scalla, e do Prefeito de Poconé, Euclides Santos. Muito obrigado pelas presenças.

Com a palavra, o Sr. Nilson Leitão, Prefeito de Sinop, representando aqui todos os Prefeitos presentes.

O SR. NILSON LEITÃO – Boa-tarde a todos!

Gostaria de cumprimentar o Presidente deste grande encontro, o Deputado Juliano Jorge, o Prefeito Ezequiel, a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Carlão Nascimento, o Secretário Vivaldo Lopes, o João Galdino, que vai ser o palestrante, a todos os prefeitos, os vereadores e os vice-Prefeitos.

Eu não vou entrar no mérito da discussão, se o que foi, foi bom e se o que está, está bom. Mas nós, que somos prefeitos ou representantes de prefeitos, que sabemos o que estamos passando ultimamente - e quero ser bem rápido na minha fala – e gostaria de lembrar que todas as prefeituras do país têm sofrido de tal forma, onde logo vão acontecer nas portas das prefeituras o desemprego e o caos.

O único problema, Deputado Juliano Jorge, que gostaria de colocar aqui com bastante tranquilidade, é que as prefeituras, hoje, estão numa posição de refém.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Hoje, se for abrir um posto do INSS em qualquer município, a prefeitura tem que ceder funcionário. Se for manter o Ministério Público no município, tem que ceder funcionário. Se for para manter o Poder Judiciário, tem que ceder funcionário. As estradas, se estão com problemas, recai sobre as prefeituras. Na Polícia, se faltar combustível, recai sobre as prefeituras e assim por diante.

Isso não é nenhum desabafo e nem questão política, não. Isso é uma realidade para todas as prefeituras, independente, de partido. São 100% delas.

O grande problema que vejo aqui, companheiros, é que o nosso orçamento foi providenciado em agosto e setembro do ano passado, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal dizia que nós teríamos que prever o que iríamos gastar no ano seguinte. Nós prevemos. E prevemos também a realidade de uma receita. O que é que acontece? Chega numa época dessa, graças a todos os problemas, ou por erro e acerto deste Governo ou por erro e acerto do Governo passado, as prefeituras entram num caos onde é muito sério, e tem muita gente que ainda não percebeu a seriedade do que está acontecendo com o País e com os municípios. Eu não vou longe: o Município de Sinop, quando cheguei aqui muitos brincaram comigo: “Ah, veio aqui um município que não precisa dessa questão...”

(NESTE MOMENTO, A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO DIALOGA COM UM PARTICIPANTE DA PLATÉIA.)

O SR. NILSON LEITÃO - Deputada Verinha Araújo, eu só quero que haja uma certa atenção no que estou dizendo, porque é um assunto muito sério...

A Sr^a Verinha Araújo (FALA FORA DO MICROFONE) – Eu só o estou cumprimentando.

O SR. NILSON LEITÃO – Eu vou esperar vocês falarem, depois continuo (PAUSA).

É até por uma questão de respeito, porque nós moramos há 500 quilômetros daqui, muitas pessoas vieram de longe. Então, um debate, que fez perder uma, duas horas, tem que ser levado muito a sério.

O que estou dizendo é que, de repente, eu perdi 400 mil reais no mês, e isso vai ferir direto a educação, a saúde e os serviços básicos. Eu perdi só 33% da minha receita, mas sei que tem municípios que perderam 70% da receita. É como um pai de família que ganha mil reais por mês, que tem a luz, a água, o telefone, o mercado e o aluguel, chega no penúltimo dia útil, ele vai receber no dia 30 o salário, chega no dia 29 e fica sabendo que só vai receber 300 reais do seu salário que é mil reais. E aí não vai poder pagar o aluguel, a luz e a água.

A diferença da prefeitura para o pai de família é que a prefeitura, quando não paga, ela vai ser automaticamente buscada pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público por calote, por não cumprir com a Lei. Aliás, se ela paga. Se ela não paga, não compra o remédio essencial, não dá educação, não dá o transporte, não paga a conta no final do mês, o Ministério Público também vai autuá-la porque não cumpriu com a Lei de Responsabilidade Fiscal...(PALMAS). Então, nós ficamos dos dois lados levando porrada.

E a grande diferença disso e a minha sugestão, se o problema for no IPI, porque foi isento o IPI para tentar melhorar o emprego e aquecer o mercado automobilístico ou outras coisas; se o problema está no imposto de renda, eu sugiro: caso a equipe econômica não teve outra saída, eu não vou culpar a equipe econômica do governo, mas do mesmo jeito que houve subsídio para poder tentar melhorar a questão do FMI, se houve subsídio para outros tipos de assuntos, que teria que respeitar os orçamentos dos municípios e também haver subsídio para os municípios, nessa falha que houve no IPI e nessa falha que houve no Imposto de Renda, porque é lá que vai acontecer o desemprego.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Eu vou fechar a Prefeitura amanhã, junto com todos os Senhores, mas não é só para tentar alcançar a mídia nacional ou chegar lá no Senado, na Câmara Federal. Para mim, hoje, a melhor coisa que posso fazer é fechar duas, três vezes por semana a prefeitura, como é o caso de todos aqui, porque assim não estaremos gastando dinheiro com combustível, energia, telefone, mas também não vamos atender o povo, não vamos fazer a nossa obrigação, e é para isso que fomos eleitos.

Então, a grande preocupação de todos nós não é somente com a eleição do ano que vem, e isso também tem que ser colocado com clareza. Nós não podemos ficar na posição de refém. E não é para fazer baderna, não é para fazer greve, não é para fazer barulho e nem quebrar vidraças. Mas eu acredito, Prefeito Ezequiel, que a AMM, os Deputados, as Câmaras de Vereadores, têm que convocar a Câmara Federal, os três Senadores do Estado de Mato Grosso, o Governador e mostrar a situação que está passando os Municípios.

Teve prefeito que me falou que teve o cuidado, desde janeiro de 2001, quando assumiu este mandato, de não deixar atrasar um dia a folha de pagamento, que cumpriu a tarefa de casa, que se esforçou, que se qualificou, que buscou informações, que trouxe técnicos para dentro de suas prefeituras para chegar num ponto desse e ser passado rasteira. É lá que vive o povo - e foi colocado bem -, lá o povo come, trabalha e paga o imposto, dentro dos nossos municípios, e é lá que nós temos que ser respeitados, e não está havendo esse respeito nem mesmo nas discussões em nível nacional. E a culpa talvez seja nossa, porque nós somos desunidos nesse ponto. Os prefeitos têm que se abraçar e têm, sim, que perder dois ou três dias e ir a Brasília, têm que juntar com os outros Estados.

O Deputado Riva já colocou aqui a proposta, Deputado Juliano Jorge, de convocar os outros Presidentes das Assembléias Legislativas, de convocar também os Deputados Federais de cada Estado, e que nós possamos, cada um, quando sairmos daqui, fazer uma cartinha para o prefeito vizinho, para a comarca onde vive e solicitar uma grande reunião. Se não fizermos isso, não estaremos preocupados apenas com o nosso mandato, nós estaremos colocando os nossos municípios em uma condição precária.

O Município de Sinop, entre maio e junho, perdeu trezentos e sessenta e um mil reais; durante o mês de setembro perderá mais quatrocentos mil reais. E o nosso Município não é toda essa riqueza que falamos. Lá nós temos um problema muito grande que cresce 10% ao ano. A cada janeiro são dois mil alunos que chegam de fora no nosso Município, e tem que se construir salas de aula, ter mais professores. Para os senhores terem uma idéia, e não é só privilégio do nosso Município. Nós tínhamos novecentos funcionários quando assumi em 2001, hoje temos mil e setecentos. Sabem por quê? Porque só a Educação pulou de quatrocentos para mil pessoas, pela quantidade que cresce, e sei que Mato Grosso está vivendo isso.

Então, a minha sugestão, a primeira reivindicação, porque, o que vai acontecer... Se nós conseguirmos vencer essa batalha de aumentar essa receita, vai ser a partir de sessenta dias, noventa dias, cento e vinte dias. Nós temos que pedir, temos que implorar que esse dinheiro seja repostado urgentemente para que não chegue o fim do ano e atrasemos com o décimo terceiro, férias e outras coisas.

E quero que todos os companheiros, independentemente de ser do PSDB, do PFL ou do PT, ou de qualquer partido, entendam que essa é uma luta de salvação para o Brasil, porque o Brasil é constituído de municípios. A figura da União, do Estado não é uma figura física, a figura física é dos municípios, onde lá o povo vive. Então, tem que ser vista com muito mais carinho.

É essa a mensagem que eu quero passar, o recado que quero dar e dizer, acima de tudo, que se nós não lutarmos para isso... Neste momento, foi bem colocado que hoje estamos discutindo as reformas, mas se não colocarmos desse jeito...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Eu fiz uma previsão para o Município de Sinop, para daqui a quatro anos, nesse ritmo: hoje o Município de Sinop tem uma dívida fundada de quinze milhões de reais - quando eu assumi a Prefeitura era de dezoito milhões de reais, já conseguimos pagar três milhões. Se continuar nesse ritmo, nessa queda, nós vamos chegar daqui a três anos com trinta milhões de reais de dívida fundada. Ou seja, a cada mês vai ser seqüestrado do FPM da Prefeitura de duzentos a duzentos e cinqüenta mil reais, no caso de Sinop, e para os senhores não será diferente. E sabem do que nós vamos ser chamados, ainda? De incompetentes. Porque ninguém vai explicar, daqui há dois, três anos que foi retirado setenta por cento da sua receita, que foi retirado trinta por cento da sua receita. Ninguém vai lembrar desse discurso, só vão lembrar que nós fomos incapazes de administrar o município pelo qual fomos eleitos.

Então, é isso o que eu quero dizer. Deixo o meu recado e quero dizer que sou parceiro, vou fechar a Prefeitura amanhã e, se todos concordarem, fecharemos por mais dois dias, mais três dias, mais dez dias. O Prefeito de Cáceres, Túlio Fontes, não veio aqui hoje, mas avisou ao Prefeito Ezequiel que também vai fechar a Prefeitura amanhã. O serviço interno vai ter, ninguém vai ficar descansando.

Gostaria que os senhores, saindo daqui, telefonassem para cada Prefeito, companheiros dos senhores que não vieram aqui e pedissem para que façam a mesma coisa.

Vamos fazer com que Mato Grosso pare, amanhã, como sinal de protesto pela situação que poderá passar o povo de Mato Grosso. É o povo de Mato Grosso. São mil e setecentos funcionários na minha cidade e mais tantos milhões de funcionários que podem ficar desempregados daqui a pouco, e nós vamos ter que reduzir a nossa jornada de trabalho e os nossos serviços prestados. Tem Prefeituras que geram o município, e algumas vão fechar (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) - Gostaria de dar os meus parabéns ao companheiro Nilson Leitão, que representa aqui os Prefeitos presentes, pelo belo discurso.

E gostaria de saudar o Prefeito de Jauru, Divino Marciano; o Prefeito de Diamantino, Francisco Mendes.

Com a palavra, o Sr. Oreny Francisco da Silva, Suplente de Senador e representando aqui o Deputado Federal Carlos Abicalil.

O SR. ORENCY FRANCISCO DA SILVA – Boa-tarde, Sr. Presidente desta Audiência Pública, Deputado Juliano Jorge; Sr. Presidente da Associação dos Municípios, em nome dos quais cumprimento a todos aqui presentes.

Para nós, parece que o mundo está começando hoje. Parece que está começando agora. Nós não temos passado. Só lembramos do passado quando temos dívidas para pagar. Não tivemos Governo no passado. Os quinhentos anos de História do Brasil parecem que não existem. Parece que o Presidente Lula é responsável por tudo de ruim que está acontecendo. Ou será que o nosso filho é alguém, hoje, fruto da educação que demos no passado ou porque ele começou a perceber que o mundo existe a partir de agora?

Então, Srs. Prefeitos, Sr^{as} Prefeitas, a situação é difícil? É. A massa salarial nesse País caiu, por quê? Por que o Sr. Vivaldo Lopes aqui, afrontosamente, faz acusações? Por quê? Vossa Excelência sabe muito bem, é professor de economia e sabe muito bem. A massa salarial foi caindo e isso é fruto de uma política implementada neste País, defendida pelos Senhores durante muito tempo, e que nós chegamos a essa situação. O nosso salário está cada vez mais baixo. E Prefeito quer arrochar salário; o Governador quer arrochar salário. E quem paga o Imposto de Renda, se não o assalariado, que recebe o salário e o consome?

O Deputado Federal Carlos Abicalil é sindicalista. Ele lutou muito e continuará lutando como eu, como a Deputada Verinha Araújo, como a Vereadora Enelinda Scalla, como tantos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

outros companheiros que aqui estão, que fazem a luta no dia-a-dia para garantir salário e o pão na mesa. Agora, nós ouvimos cada discurso aqui, como se o mundo estivesse começando hoje.

O Deputado Carlos Abicalil estará à disposição para fazer com que os problemas sejam resolvidos sem demagogia, sem demagogia barata, levando as coisas a sério e fazendo um debate sério. Com certeza, o Deputado Federal Carlos Abicalil, a Senadora Serys Slhessarenko, estarão ao lado dos Senhores, como está a Deputada Verinha Araújo, como está a Vereadora Enelinda Scalla, aqui em Cuiabá, como os vereadores do PT, no interior do Estado, estarão. Como Vossas Excelências terão como parceiros muitos sindicalistas que, às vezes, nem são recebidos por Vossas Excelências, Prefeitos, mas que, muitas vezes, lhes mostram o caminho e Vossas Excelências se recusam a ouvi-los; quando muitos sindicalistas criticam as contratações que são feitas para alojar, dentro da prefeitura, aqueles que foram cabos eleitorais, ao invés de fazer concurso público; quando muito dos senhores que, às vezes, gastam dinheiro... E tem Prefeito que faz recibo para que o funcionário diga que recebeu salário e devolva uma parte para ele.

E tem sindicato de trabalhadores no ensino público que denuncia isso.

(OS PARTICIPANTES DA PLATÉIA MANIFESTAM-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. ORENCY FRANCISCO DA SILVA - E tem sindicato de servidores públicos que denunciam isso.

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) - Com todo respeito, eu só gostaria de dizer que convidamos, aqui, prefeitos que vieram mil quilômetros de distância para debater a questão do FPM.

O Sr. Carlão Nascimento - Peço a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Estou usando a palavra, pela ordem, porque o representante do Deputado Carlos Abicalil, e Suplente da Senadora Serys Slhessarenko, faz uma denúncia grave, que é de Prefeito que nomeia pessoa para pegar parte do salário.

O SR. ORENCY FRANCISCO DA SILVA - Eu não disse isso. Eu não disse isso.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Disse.

O SR. ORENCY FRANCISCO DA SILVA - Eu vou dizer...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - É uma denúncia muito grave. Ela é gravíssima. Se eu bem entendi, é isso.

O SR. ORENCY FRANCISCO DA SILVA - Não foi isso que eu disse.

Vou repetir o que eu disse. Por favor! Vou repetir o que eu disse. Existem casos, em certos municípios, que se paga para...

(O SR. NILSON LEITÃO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ORENCY FRANCISCO DA SILVA - Campinápolis está sendo apurado. Eu estou citando que Campinápolis está sendo apurado...

Mas não se discute FPM se não discutir a situação nas prefeituras como um todo.

Vejam bem, eu gostaria de concluir, porque estou falando aqui, fazendo um lembrete de que isso aconteceu e tem apuração sendo feita na Prefeitura. A apuração está acontecendo.

Então, isso é lamentável e gostaria de dizer que o Prefeito Altir Peruzzo, lá da Prefeitura de Juína - como o Prefeito Ságuas fez -, está fazendo um esforço muito grande, assim como todos os senhores, e estará ao lado de vocês para fazer essa luta, para garantir recursos públicos, para garantir educação, saúde e todos os serviços que vocês precisam.

O Deputado Federal Carlos Abicalil estará a disposição de vocês para fazer a luta em defesa de recursos para garantir serviços públicos em todos os municípios.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) - Com a palavra, o Prefeito de Rosário Oeste, Zeno Gonçalves.

O SR. ZENO GONÇALVES - Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado Juliano Jorge, e o parabenizo pela iniciativa desta Audiência Pública; e, em seu nome, quero estender os cumprimentos a todos os Deputados desta Casa de Leis; aos demais membros da mesa; aos meus colegas prefeitos e prefeitas; aos vereadores e vereadoras.

E dizer o seguinte: este é o momento de não ficarmos fazendo exercício de revanchismo, e é natural até olharmos a situação, cada um de nós, segundo a nossa óptica ideológica e partidária, mas a verdade é uma só. E quero colocar aqui, em nome do meu município, e tenho certeza de que alguns colegas farão coro comigo, de que nós estamos tratando aqui da causa do cidadão, que é o alvo de todos os nossos esforços por justiça social e justiça tributária. Não estamos aqui tratando de causa de partido “a”, “b” ou “c” para que tenhamos discursos calorosos na defesa deste ou daquele ponto de vista. Em nenhum momento queremos aqui, e acho que não foi esse o escopo do Deputado Juliano Jorge, ao convocar uma audiência pública, para que fosse palco de disputas ideológicas ou de discursos acalorados.

Então, eu acredito que o orador que nos antecedeu foi muito infeliz na sua colocação, mas, evidentemente...(PALMAS)... Nós compreendemos a sua visão partidária, respeitamos, só que não é o momento, torno a repetir, para se tratar de questões desse nível aqui, querer falar de prefeito “a”, “b” ou “c” que está fazendo isso ou aquilo. Se nós formos tratar dessa questão, vamos longe, enfim, não é esse o escopo.

Quero falar da situação do meu município que, assim como a grande maioria dos municípios de Mato Grosso, tem sofrido muito na pele essa situação de queda abrupta na arrecadação. Por mais que o Deputado Ságuas tenha colocado, no início, que foi o Tesouro Nacional que fez uma previsão e houve um aumento real, a verdade é que na prática não é isso que está acontecendo, senão nós não estaríamos fazendo esse movimento todo que estamos tendo.

Nós vivemos o presente e este é o momento, o momento da discussão da reforma tributária, Srs. Deputados e colegas. Este é o momento de corrigirmos essa distorção - muitos dos senhores vivem há mais tempo até do que nós que somos de primeiro mandato - de queda sucessiva, constante na arrecadação dos municípios.

O ISS, que foi votado agora a pouco, foi uma conquista, e é importante ressaltar que foi uma promessa do Presidente Lula num encontro nosso lá, em abril, fruto de uma luta municipalista que já vem desde o governo anterior, resolve em parte a situação dos médios e grandes municípios, mas não dos pequenos, que são 90% dos municípios do País. Nós não temos condições de ampliar, até porque não tem essa gama toda de serviços nos nossos municípios para cobrarmos. E estamos sentindo isso na pele. Tivemos que dispensar 10% do nosso quadro. Agora os senhores imaginem uma cidade como Rosário Oeste, que tem duzentos anos, graves crises sociais, pegamos uma prefeitura sucateada... Imagina, Prefeito Nilson Leitão, você pagou três milhões em dois anos e nós pagamos um milhão e meio em dois anos. Imagina, o porte de Rosário Oeste, pagar um milhão e meio de dívida.

Um jornalista conversava comigo, que passou por Rosário Oeste, falou: “Zeno, a cidade está parada, fantasma”. Realmente, não tem oferta de emprego, não tem nada! Essa situação que estamos vivendo neste momento, realmente, precisamos avaliar, mas levanta-se outras discussões nesse sentido e alguns números interessantes que estão numa apostila, chamada *Diagnóstico da Crise*, que aconselho a todos os colegas entrarem no *site* da Confederação Nacional dos Municípios e olharem, até para se informar e discutir isso com os nossos Conselhos, com as nossas Câmaras de Vereadores, com os nossos cidadãos, que até maio o Governo Federal teve um superávit de 4,4%, arrecadou 28,8 bilhões de reais, 10 bilhões a mais do que o ano anterior. Mas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

sabemos que isso foi um ajuste macroeconômico para pagar a dívida externa, mas que houve aumento real, não houve.

De um ano para cá, o que aumentou? Combustível, nós pagamos o combustível; aumentou-se a merenda, aumentou tudo nos nossos municípios e a receita está caindo. E é essa a situação que nós estamos vivendo, não dá para querer tapar o sol com a peneira ou querer achar explicações para isso.

E nós temos que discutir, sim. A Reforma Tributária, inicialmente como foi concebida, previa neutralidade na divisão do bolo tributário e não aumentar os tributos. O Governo já sinalizou que vai liberar CIDE para os Estados. E os municípios?

Para concluir, um encaminhamento, Sr. Presidente, que a Assembléia Legislativa faça essa interlocução junto ao Governo para que o Governador do Estado de Mato Grosso, que está descontente com a Reforma como ela está, seja também o porta-voz de todos os municípios e que nós consigamos, dessa maneira, ser ouvidos, porque estamos completamente alijados desse processo de discussão da Reforma Tributária. E, realmente, se continuar como está... Se Sinop, daqui a quatro anos, vai ficar nesse estado, os senhores imaginem cidades como Rosário Oeste. E vou dizer mais: nós vamos alimentar os bolsões de miséria da Capital Cuiabá - Rosário Oeste, Barão de Melgaço, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Jangada e vários Municípios -, vamos estar aqui alimentando os bolsões de miséria, uma cidade que está morrendo...

A Sr^a Verinha Araújo (FALA FORA DO MICROFONE) - Já está acontecendo.

O SR. ZENO GONÇALVES – Sim, já estamos vivendo esse processo e a coisa vai se agravar mais.

Era isso que nós gostaríamos de colocar e pedir que os Deputados apóiem efetivamente, na prática, essa nossa luta municipalista. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) – Antes de passar a palavra ao companheiro Ezequiel, Presidente da AMM, gostaria de ler uma carta aberta, uma carta de adesão do Parlamento Estadual, aqui da Assembléia Legislativa, assinada pelos Srs. Deputados Estaduais. Vamos passar essa carta ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda, à nossa Bancada de Deputados Federais, à nossa Bancada de Senadores e passar uma cópia ao Sr. Ezequiel para que ele repasse a todos os Prefeitos dos centos e trinta e nove municípios de Mato Grosso.

“Carta de Adesão

Nós, Deputados Estaduais do Estado de Mato Grosso, sensibilizados com a situação difícil pela qual passam os municípios em razão da acentuada queda de 43% (quarenta e três por cento) por que passou o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), fazendo com que as atividades de muitos executivos municipais se inviabilizassem, vimos, por meio deste documento, aderir ao movimento de paralisação das atividades das Prefeituras, no dia 15.08 (sexta-feira), em sinal de protesto, pelo tratamento desigual que os municípios vêm recebendo na redistribuição dos repasses federais, constitucionalmente garantidos.

A situação, além de inviabilizar grande parte das administrações municipais, também impossibilita a prestação dos serviços aos munícipes e o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Desta forma é que, indignados com essa situação, também somaremos forças na marcha extraordinária dos Prefeitos a Brasília, a ser realizada no dia 10 de setembro, objetivando a defesa de uma reforma tributária mais justa aos municípios brasileiros.

Acreditando que esta situação precisa ser revista, sob pena de inviabilizar as administrações municipais, subscrevemo-nos:

Deputado Riva - Presidente;

Deputado J. Barreto - Vice-Presidente;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Deputado Mauro Savi - 2ª Vice-Presidente;
Deputado Silval Barbosa - 1º Secretário;
Deputado Campos Neto - 2º Secretário;
Deputado João Malheiros - 3º Secretário;
Deputado Alencar Soares;
Deputada Ana Carla Muniz;
Deputado Carlão Nascimento;
Deputado Chico Daltro;
Deputado Dilceu Dal Bosco;
Deputado Dimas Melo;
Deputado Eliene;
Deputado Joaquim Sucena;
Deputados José Carlos Freitas;
Deputado Juliano Jorge;
Deputado Nataniel de Jesus;
Deputado Pedro Satélite;
Deputado Renê Barbour;
Deputado Ságuas;
Deputado Sebastião Rezende;
Deputado Sérgio Ricardo;
Deputada Verinha Araújo;
Deputado Wilson Teixeira Dentinho;
Deputado Zeca D'Ávila;
Deputado Zé Carlos do Pátio.”

Eu, que já fui Vereador por dois mandatos, sei a dificuldade que é administrar um município, que é colocar os 25% na educação, dar um ensino de qualidade às nossas crianças. Cada machucado que o cidadão tem, o culpado é o Prefeito. Sabemos muito bem disso.

Por isso é que ouvimos os reclames dos nossos Prefeitos da região Norte, dos Prefeitos da região Sul, e de todos os Prefeitos com quem o Sr. Ezequiel tem mantido uma relação muito boa, e estamos realizando hoje esta Audiência Pública, onde essa carta, Sr. Ezequiel, servirá de apoio para todos os Prefeitos que vêm trabalhando muito no Estado de Mato Grosso.

Portanto, agradeço aos trinta e quatro Prefeitos aqui presentes, que vieram trazer as preocupações dos seus municípios. Tenham a certeza de que a Assembléia Legislativa estará com Vossas Excelências no dia 10 de setembro nessa marcha dos Prefeitos, em Brasília, somando, buscando apoio da nossa Bancada Federal. E, com certeza, esperamos um resultado o mais rápido possível.

Com a palavra, o Sr. Ezequiel Fonseca, Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios.

O SR. EZEQUIEL FONSECA – Eu quero me ater, agora, a alguns números que acho importante os Srs. Prefeitos terem conhecimento.

Antes, porém, gostaria de justificar, porque foi citado o nome do nosso grande colega e da nossa diretoria, o Prefeito de Campinápolis, que, de fato, está afastado do seu mandato. E sabemos que tudo o que acontece nas Prefeituras, nós somos a vidraça. Os encargos aparecem e somos obrigados a resolvê-los. E, muitas vezes, temos que criar algumas fórmulas para resolver o problema que está na nossa porta. Cabe agora à Justiça resolver esse caso.

E quero dizer, também, que recebemos, no dia de hoje, *fax* de vários colegas que não puderam aqui estar presentes. Recebemos *fax* de Juína, de Cáceres, de São Félix do Araguaia,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

de Vila Rica, de General Carneiro, de Ponte Branca, de Sorriso, de Cuiabá, onde o Prefeito de Roberto França também se solidarizou com o nosso movimento e amanhã fechará as portas, e mandou o seu representante. Assim como de Várzea Grande, que amanhã fechará as portas. O Prefeito Percival Muniz, de Rondonópolis, também está solidário ao movimento. Enfim, todos os pólos estão solidários a essa questão, que é justa.

Então, nós queremos agradecer a esses prefeitos que aqui não compareceram, mas que fecharão as portas em solidariedade ao nosso movimento.

Neste momento, em que há a queda de arrecadação em todo Brasil, Mato Grosso também passa por um momento muito difícil. Nós temos não apenas a questão do FPM, como foi citado aqui, mas temos também a questão do ICMS que atrapalha a nossa administração, porque está sendo retirado, de alguns municípios, um pouco da receita que foi dada do ICMS.

Mas como a discussão hoje é a questão do FPM, gostaria de mostrar alguns números que considero importante. Nós temos colocado, aqui, duas questões: Uma delas é a queda de receita e a outra é a reforma tributária.

E bom que seja colocado que na queda da receita do FPM, nós temos: O primeiro ponto, a questão do imposto de renda; o segundo ponto, a paralisação das indústrias, e aí entra a recessão que sabemos que está parada; e o terceiro ponto, entendemos que, em todas as trocas de Governo, há um aumento na sonegação. Nós temos aí a CPI do combustível que mostra claramente como é que está a questão da sonegação dos impostos.

E, por último, dizer que o Decreto do Governo Federal, que em fevereiro contingenciou as emendas parlamentares, também tem a ver com essa questão da arrecadação. São obras que estão paralisadas, são emendas que poderiam estar gerando emprego, gerando renda nos municípios, e isso não está acontecendo. Essa é uma questão de queda da arrecadação do FPM.

Explicado isso, vamos ver agora a questão da reforma tributária. A reforma tributária, que temos que desvincular uma questão da outra, é de que, em 1988, 1990, vinte e cinco por cento era de contribuições e setenta e cinco por cento eram de impostos, onde as prefeituras recebiam do bolão, dos setenta e cinco por cento. O tempo foi passando, o Congresso Nacional foi aprovando as solicitações do Governo Federal e, hoje, as contribuições são maiores do que os impostos. As contribuições, hoje, são cinquenta e cinco por cento, quando anteriormente eram vinte e cinco. Os impostos, hoje, quando antigamente eram setenta e cinco por cento, hoje são de quarenta e cinco por cento.

Então, vejam os senhores a diferença e por que acontece essa queda e essa briga de números que, muitas vezes, não compreendemos. Era treze, foi para vinte e dois, caiu para quatorze. E quanto que é? É exatamente porque houve essa diferenciação.

Estou falando isso porque ontem estávamos lá no Congresso Nacional, viemos nessa peregrinação, e aí aproveito para agradecer a todos os prefeitos que estão indo conosco em Brasília, fazendo lá aquele trabalho, estando ali, “perdendo o seu tempo”, entre aspas, porque não é perder tempo. Se nós tivermos um avanço nessa reforma tributária, todos os municípios vão ganhar com isso. No dia de ontem, conseguimos, em Brasília, um avanço importante e a Bancada Federal inteira, completa, estava dando o apoio e o respaldo aos municípios, e foi criada a Frente Parlamentar Pró-Municipalista no Senado Federal, porque já foi criada a Frente Municipalista com os Deputados Federais. E saí, ontem, de Brasília, com uma visão já um pouco mudada.

Participaram daquele momento, Deputado Juliano Jorge, lá na Frente, vinte associações de municípios de todo Brasil presentes. Das vinte e sete associações, tinha vinte presentes. Estava presente o Sr. Vicente Trevas, da Casa Civil, como estava presente o Sr. Aluísio Mercadante. Inclusive estava a Senadora Serys Slhessarenko dando apoio ao nosso movimento, assim como estava também os Senadores Jonas Pinheiro e Antero Paes de Barros.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Então, ontem ficou claro que os Senadores – isso, palavras do Presidente da Frente Parlamentar Pró-Municipalista do Senado, Senador Ney Suassuma, que disse a seguinte frase: “Eu, como Senador, tenho que me retratar com os municípios, porque sei que durante dez anos aprovamos aqui nesta casa as contribuições e não reparamos o que estávamos fazendo com os municípios brasileiros”. Então, eu fiquei confortado com essas palavras. E, nesse mesmo momento, colocava o Senador Ney Suassuma a seguinte questão: que não haverá reforma tributária se não passar pelos municípios, se não passar pelo municipalismo. Eu saí de Brasília, ontem, mais tranqüilo.

E, na minha saída, encontrei o Senador Jonas Pinheiro que disse a seguinte coisa: “Ezequiel, amanhã, quando vocês estiverem em Cuiabá reunidos, nós estaremos aqui em Brasília reunidos com os prefeitos do PFL, reunidos com os prefeitos de todo Brasil. Leve a mensagem para Cuiabá de que iremos apoiar essa medida do PMDB. Fazemos parte da Frente Parlamentar Pró-Municipalista no Senado e também vamos dizer que não haverá reforma tributária se não passar pelos municípios”.

Então, nós já temos o PFL e o PMDB que sinaliza essa questão. E ouvi atentamente também, no dia de ontem, as palavras do Secretário Vicente Trevas e do nosso Senador Aluizio Mercadante, dizendo que ele - na verdade, estávamos querendo uma audiência no dia de ontem com o José Dirceu e não era possível -, como Líder, estaria ali respondendo que a Reforma Tributária não veio para quebrar município, nem veio para quebrar os Estados e nem veio para fazer com que a União saísse por cima dessa questão toda, mas que ela vem exatamente aberta para uma discussão, e que ele estava ali, então, fazendo parte da Frente Municipalista porque também entendia que, no passado, defendia isso e que agora não seria hora de se furtar dessa questão. Mas o que nós entendíamos naquele momento é que é preciso fazer uma mobilização.

O Presidente Lula vem de movimentos sociais e ele só vai entender a questão na medida em que ver o nosso esforço. Mas acontece que o mais importante é que a resposta está no Congresso Nacional e é lá que nós devemos fazer o nosso trabalho, é lá, no Congresso Nacional, que temos que mandar as cartinhas, mandar os ofícios; é lá, no Congresso Nacional, que temos que estar presente toda terça e quarta-feira para mostrar que essa questão está nos pegando, para mostrar que lá nos municípios, daqui uns dias, se continuar como está, e foi muito feliz aqui o Prefeito Nilson Leitão e o Prefeito Zeno, se continuar como está, daqui uns dias não tem como trabalhar mais.

Eu recebi um Ofício da Prefeitura Municipal de Tapurah e, se os Senhores me derem licença, gostaria de fazer a leitura, porque achei extremamente interessante o que coloca aqui o nosso colega e Prefeito da cidade de Tapurah, Sr. Rinaldo Tirloni. Será rapidinho e acho que é importante porque isso realmente acontece nos municípios.

“Com prazer em cumprimentar Vossa Excelência, vimos, através do presente, informar que o Município de Tapurah está aderindo à mobilização nacional em protesto pela redução do FPM - Fundo de Participação dos Municípios e para tal estamos suspendendo as atividades administrativas nesta sexta-feira, dia 15 de agosto de 2003.

Por oportuno, sugerimos estabelecer uma pauta para uma reunião com o Governo do Estado, que vem sendo nosso parceiro nas ações Municipalista, para que possamos rever em conjunto todas as ações que os Municípios vem desencadeando relativas ao apoio a órgãos estaduais. É do conhecimento de Vossa Excelência que as Polícias Militar e Civil, os Juizados Especiais e até mesmo os fóruns, os Cartórios Eleitorais, CIRETRAN, Exatoria, INDEA, estão em funcionamento nos municípios, principalmente, a partir do custeio de suas ações por parte das Prefeituras.

E isso é uma grande realidade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

O Transporte Escolar dos alunos da rede estadual do ensino sobrecarrega sobremaneira os custos das nossas Prefeituras. E nosso município não é diferente.

Elencamos abaixo, para conhecimento dessa Presidência, as despesas mensais que estamos efetuando:

Polícia Militar de Tapurah - combustível, materiais de limpeza, gêneros alimentícios, alimentação de funcionários, materiais de expediente, telefone e funcionários: R\$2.312,00 (dois mil, trezentos e doze reais).

Polícia Militar de Itanhangá, que é o Distrito que pertence a Tapurah - combustível: R\$500,00 (quinhentos reais).

Isso por mês.

Polícia Militar de Ipiranga do Norte - funcionários e telefone: R\$482,00 (quatrocentos e oitenta e dois reais).

Polícia Civil de Tapurah - combustível, materiais de limpeza, gêneros alimentícios, alimentação de funcionários, materiais de expediente, telefone e funcionários: R\$2.282,00 (dois mil duzentos e oitenta e dois reais).

Juizado Especial - combustível, materiais de limpeza, gêneros alimentícios, materiais de expediente, telefone e funcionários: R\$5.530,00 (cinco mil quinhentos e trinta reais).

Cartório Eleitoral de Tapurah - combustível, materiais de limpeza, gêneros alimentícios, materiais de expediente e funcionários: R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais).

Cartório Eleitoral de Itanhangá - materiais de limpeza, materiais de expediente e funcionários: R\$520,00 (quinhentos e vinte reais).

Cartório Eleitoral de Ipiranga do Norte - materiais de expediente e funcionários: R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Exatoria - funcionários: R\$400,00 (quatrocentos reais).

INDEA - funcionários: R\$400,00 (quatrocentos reais).

INCRA de Diamantino - funcionários: R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Correio de Itanhangá - material de expediente, locação de prédio: R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Além dessas despesas, temos ainda veículos cedidos para a Polícia Militar de Itanhangá, e as despesas da reforma do veículo para a Polícia Militar de Ipiranga do Norte, num total de R\$4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)".

Minha gente, isso é pura verdade. Os senhores que são Prefeitos sabem, e aqui ainda está faltando a EMPAER, que ele esqueceu de colocar. Aqui ainda está faltando a Junta Militar, que ele esqueceu de colocar. E aqui, se nós formos puxar pela memória, faltam tantas outras coisas que ele não colocou aqui.

Mas, em nome do Prefeito Tirloni...

O SR. PARTICIPANTE (FALA FORA DO MICROFONE) - E tem os municípios que também tem os órgãos federais.

O SR. EZEQUIEL ÂNGELO FONSECA - Exatamente.

Então, na verdade, o que está faltando? Está faltando é o pacto federativo. É preciso deixar claro qual a função dos municípios. Está errado! Nós não agüentamos mais que continue desse jeito. É preciso deixar claro, porque se não daqui a alguns dias tudo o que acontecer vão jogando para o município. Tudo é o município. E nós lá, com a menor fatia do bolo tributário. É isso que precisa ficar claro.

É preciso que cuidem das cidades, que são a maioria. Não é? Nós somos a maioria, nós precisamos de mais recursos, é lá que as coisas acontecem. Agora, não adianta ficarmos nesse

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

discurso de que é no município que as coisas acontecem. É preciso fazer o que estamos fazendo hoje.

Por isso, estou muito agradecido porque aqui vejo o Prefeito de Comodoro, que é da região Sudoeste; vejo aqui o Prefeito de Nova Olímpia, o Prefeito de Denise, que é da Baixada e da região do Médio Norte; o Zeno, que é da Baixada; o Prefeito Lutero, lá do Nortão; o Prefeito de Mirassol d'Oeste, da região Sudoeste; temos o Divino, de Jauru; a Prefeita Iolanda. Enfim, o Prefeito Cleomar, da região Sul; o Prefeito Antonino; o Prefeito da Baixada Cuiabana, de Barão de Melgaço, Munir, toda a região de Carlinda. Todos os senhores que estão presentes. A nossa Prefeita de Vera.

É com gratidão que eu recebo, aqui, o apoio da Assembléia Legislativa. E é dessa forma que temos que nos mobilizar. Nós temos que buscar, temos que mostrar para que viemos. Somos prefeitos e não podemos ficar choramingando nos cantos e correndo, muitas vezes, dos nossos eleitores, porque não temos como resolver o problema deles. O eleitor está ali, numa situação muito difícil. Ele pede o remédio. Na minha cidade, quando falece alguém carente, temos que levar o caixão. Tudo isso os municípios têm que fazer....

A Sr^a Verinha Araújo (FALA FORA DO MICROFONE) - Aqui em Cuiabá também é assim.

O SR. EZEQUIEL FONSECA – Só para que todos tenham uma noção, em maio foram arrecadados quarenta milhões. No mês de junho caiu para vinte e oito milhões. Foi uma perda de doze milhões. No mês de julho caiu para vinte e três milhões. Num total de vinte e nove milhões de perda para os municípios, num todo, no caso de Mato Grosso. É um número muito grande, é um absurdo, não dá para continuar dessa forma.

Agora, não vamos misturar a reforma tributária com a queda de arrecadação, que são duas coisas diferentes.

Muito obrigado. São essas as minhas palavras.

Agradeço aos colegas Prefeitos e a Assembléia Legislativa (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) – Parabéns, companheiro Ezequiel Fonseca, pelas suas palavras.

Com a palavra, o Sr. João Galdino de Medeiros, um dos nossos palestrantes, que tem um conhecimento profundo sobre taxas federais, sobre ICMS, e vai fazer a explanação.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra, pela Ordem, porque, infelizmente, não posso permanecer na audiência, tendo em vista uma reunião na Comissão da qual presido. .

Gostaria de pedir ao Deputado Juliano Jorge para que sejam retiradas da Ata todas aquelas ofensas dirigidas aos nossos Prefeitos, porque sei da luta que cada um faz no seu município para administrar cada vez melhor. Então, gostaria de pedir que fossem retiradas as palavras de ofensa aos nossos prefeitos. Muito obrigado.

O SR. JOÃO GALDINO DE MEDEIROS – Ilustres promotores deste evento, demais componentes da mesa já devidamente declinados, Srs. Prefeitos, Vereadores, senhoras e senhores.

Houve um certo exagero do Deputado Juliano Jorge quando nos apresentou como grande conhecedor de tributos. Na realidade, nós somos um pesquisador de tributos. Isto, na realidade, há muito tempo, e, sobre ICMS, há vinte anos.

Como Contador, como Técnico em Contabilidade, Bacharel em Ciências Econômicas, realmente, tenho um razoável conhecimento de ICMS, como as pesquisas teóricas e de campo que me levaram a produzir alguns números que considero extremamente válidos quando tanto se fala em reforma tributária.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Por ocasião de um evento, no Centro de Eventos Pantanal, os municípios e a Reforma Tributária, eu abordei ligeiramente o assunto com o Sr. Ezequiel, Presidente da AMM, que nos convidou para apresentar este trabalho lá na Associação.

Alguns vezes, mais precisamente duas, tentei contactá-lo, por telefone, mas a sua assessoria nos informou que ele estava ausente.

Como eu considero este trabalho bastante sério, eu deixei para uma oportunidade que pudesse apresentar pessoalmente para sentir a validade daquilo que eu apregôo. Esse trabalho, durante a pesquisa, inclusive levou-me a descobrir que o Simples Federal, que é muito badalado como salvador das micros e pequenas empresas, na realidade fiz uma matéria jornalística, posteriormente fiz uma palestra ao CRC-Conselho dos Contabilistas, mostrando com números que esse tributo, eu chamei de crime tributário, porque ele vai de 3% a 8% numa escala de receita, numa escala crescente. E, se transformar esse tributo sobre a receita em tributo sobre o valor agregado, o inocente 8% chegariam, às vezes, 51.6%. Esses números têm retaguarda, são pesquisas de inúmeras empresas em vários anos. Inclusive, tem uma faixa nesta planilha que mostra que a partir de um determinado valor de receita, esse tributo cresce tanto que o empresário já deixa de se preocupar com o ICMS. Ele já passa a se preocupar com o Simples.

E, como dos meus muitos anos de contador, os Senhores já sabem a que o contador é convidado a fazer para amenizar essa situação. Só que ICMS é propriamente o grosso da receita dos municípios. Então, tudo aquilo que se pede em ICMS, o município perde 25%.

Na realidade, não vim aqui para fazer uma palestra, eu vim para contactar o Sr. Ezequiel para, preliminarmente, fazer uma introdução, E ele, sentindo da validade, reuniu a equipe técnica para discutirmos. Sem nenhuma arrogância, eu realmente tenho números. E tenho, inclusive, encontrado dificuldades, porque há 20 anos pesquiso isso, e tenho encontrado uma dificuldade enorme nos gabinetes dos Deputados, o grande problema na assessoria técnica desses Deputados. Quer dizer, um passa para o outro, o outro para o outro, chega um ponto e diz: vamos dar um retorno. Só que esse retorno não ocorre. E o tempo passa. Não sou eu que tenho a convicção, os números mostram quanto se perde em arrecadação de ICMS e o problema é sério, porque, uma vez reduzindo a receita onde se perde o ICMS, perde-se todos os outros tributos federais de onde também vem o repasse para os municípios.

Então, como já fui convidado, tenho realmente interesse em mostrar esse trabalho lá na Associação porque é um trabalho para ser demonstrado aos senhores, e falar da validade dele seria razoavelmente demorado, inclusive merecendo alguns gráficos, alguns números que provariam essa nossa afirmação. Agora, o que eu posso concluir disso tudo, ou melhor, avaliar do que já foi dito aqui, realmente, tudo parte dos municípios. Agora, se eu me alongar posso até me tornar antipático, mas se não houver uma parceria União, Estados e Municípios, nenhuma Reforma Tributária chegará a lugar nenhum, porque tudo que eu tenho assistido sobre Reforma Tributária na mídia, em palestras e eventos, têm um mesmo direcionamento, um macro direcionamento. Quer dizer, não existe nenhuma abordagem micro e micros são os municípios. Ou seja, tudo deve partir daí e vou dizer como.

O País, falando como estudioso da área tributária, nenhum aborda a essência. Em nenhuma esfera federal, estadual e municipal conhece o poder tributante do País. O que eles conhecem, qualquer estimativa que o Governo Federal, Governo Estadual e os Municípios fazem são baseados nos números que os empresários lhes fornecem via contadores. Em outras palavras: não são verdadeiros. Na realidade, a União, Estados e Municípios não conhecem o seu potencial tributário. Todas as projeções são feitas em cima dos números fiscais.

O grande problema está em se chegar a maneira de conhecer essa base tributária. É aí que está, no meu entender e pelo que os meus números mostram, o nó da questão. Porque toda a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

projeção, pelo menos em todos os eventos que já assisti, tudo o que vi na mídia é sempre em cima dos números fiscais. Quer dizer, então, realmente, é preciso um procedimento que se conheça qual é essa base tributada, ou pelo menos muito próximo dela.

Então, eu gostaria de, como já fui convidado, poder apresentar para a equipe técnica da Associação Mato-grossense dos Municípios esse trabalho. E, se realmente for como eu apregoei, possivelmente viéssemos a ter aí uma palestra com números. Para que isso funcione realmente deverá partir dos Srs. Prefeitos.

É mais ou menos uma síntese do que tinha a dizer.

Desculpem-me se não fui muito claro, inclusive para algum esclarecimento. E se for merecedor, se tiver o privilégio de ter o nosso trabalho estudado, possivelmente voltaremos a nos encontrar.

E, pra não tomar mais o tempo dos senhores, agradeço a oportunidade que me foi dada e o meu muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) - Gostaríamos de convidar para compor a nossa mesa o Deputado Federal Wilson Santos.

Com a palavra, o Prefeito Maia Neto.

O SR. MAIA NETO – Boa-tarde aos colegas Prefeitos.

Quero cumprimentar o Deputado Juliano Jorge pela iniciativa de fazer esse debate aqui.

E aproveitar a presença do nosso grande amigo, Deputado Wilson Santos, quero cumprimentar também o nosso Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Sr. Ezequiel, nosso parceiro, que tem sido um excelente Presidente. Parabéns, Ezequiel, você tem feito um excelente trabalho para os municípios.

Deputado Juliano, eu acho que esse debate de hoje está sendo muito importante. E quero cumprimentar Vossa Excelência.

Eu disse ao Deputado J. Barreto, da grandeza de Vossa Excelência em fazer esse debate, porque os municípios estão, realmente, em uma situação difícil. Se não nos unirmos nesse momento, que é de extrema preocupação, porque, como já foi dito aqui e não vou repetir para não tomar tempo, os municípios têm que arcar com todas as responsabilidades.

Então, Deputado Wilson Santos, eu gostaria que neste debate que está sendo realizado aqui, hoje, aproveitando que Vossa Excelência se faz presente, como um grande municipalista que é, homem preocupado com os municípios do Estado de Mato Grosso, que convocasse os outros sete Parlamentares Federais e também os nossos três Senadores para que, juntos, possamos, no dia 10, em Brasília, fazer uma reunião dos Parlamentares Mato-grossenses com os Prefeitos de Mato Grosso. E o Sr. Ezequiel convocaria uma Comissão para marcharmos unidos na questão tributária, na questão fiscal para os municípios.

No mais, quero agradecer a todos os Prefeitos aqui presentes, ao Sr. Presidente da AMM.

Parabéns, Deputado Juliano Jorge, pela iniciativa. Que Vossa Excelência continue com essa disposição no Parlamento Mato-grossense (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) – Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra, o único representante da Câmara Federal, o Deputado Federal Wilson Santos.

Em nome de todos os Prefeitos, agradeço a presença de Vossa Excelência, porque hoje o Congresso vota várias matérias importantes quanto à reforma administrativa, à reforma tributária e Vossa Excelência veio de Brasília, atendendo ao pedido da Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

O SR. WILSON SANTOS – Boa-tarde a todos os senhores e a todas as senhoras.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Deputado Juliano Jorge, Prefeito Ezequiel Fonseca, Vereadora Enelinda Scalla, em nome dos quais cumprimento todos os Vereadores, Vice-Prefeitos, Prefeitos e Deputados.

Atrasamo-nos um pouco porque o vôo de Brasília também atrasou um pouco, mas fiz questão de estar presente.

Na verdade, na minha concepção, Deputado Juliano Jorge, é que esse tipo de movimento tem que acontecer em todas as Assembleias Legislativas, em todas as Associações de Municípios do País. O Brasil está na iminência de fazer um risco d'água na chamada reforma tributária. O modelo, o sistema tributário nacional é um Sistema colonial, onde as mentes das nossas autoridades são rigorosamente iguais as mentes que governaram este país durante a colônia, de explorar o que pudessem.

Dona Maria I, chamada "a louca", quando chegou ao Brasil - passou aqui uma temporada -, mandou queimar indústrias, fechar indústrias deste país, ao mesmo tempo em que aumentavam impostos. E assim foi durante a primeira república, durante a segunda, durante os regimes de exceção, sempre foi.

O brasileiro chega a pagar, hoje, mais de quarenta por cento de todo produto interno bruto do país, que volta aos cofres das prefeituras, dos Estados, da União, a título de impostos. É uma carga insuportável em qualquer país do mundo e, principalmente, num país deste, onde quem paga o imposto não tem, não recebe a contrapartida, porque a escola é de má qualidade, a saúde é de má qualidade, a segurança é fragílisma.

Então, o cidadão se sente extremamente desprestigiado e desmotivado em pagar impostos.

Por que vou pagar impostos, Vereadora Enelinda, se tenho que colocar o meu filho numa escola particular, ter meu plano particular de saúde da *Golden Cross*, da UNIMED, da América do Sul, da SULAMÉRICA, se tenho que fazer um muro de quatro metros na minha casa, três cachorros *rotweiler*, pastor alemão. Quer dizer, eu pago tributo, compro de novo os serviços para os quais eu paguei. E aqui não vai nenhuma critica a este ou aquele Governo, tem sido assim ao longo dos quinhentos anos.

É preciso que haja, de forma efetiva, a partir da semana que vem, uma pressão para que alguns setores que se encontram marginalizados da discussão do novo sistema de tributos do país possam participar.

Por exemplo, ontem os quatro Governadores do Centro-Oeste se reuniram e apresentar uma agenda enorme, mais de doze sugestões, que propõe alterar o texto da PEC 41.

Por exemplo, cedendo às pressões da FIESP, dos industriais paulistas, os vários governos vêm trabalhando para acabar com a política de incentivos fiscais, que são os recursos que vêm da SUDAM, do FCO, são incentivos fiscais que surgiram dentro da filosofia de que o Brasil é composto de vários "Brasis". O Sul tem uma realidade distinta do Centro-Oeste, que é distinta do Norte, Nordeste e Sudeste.

Para que haja um desenvolvimento equilibrado, é necessário que haja políticas compensatórias. Compensatórias! Sempre foi assim na ocupação do Brasil

Na ocupação de Mato Grosso, Prefeito Ezequias, os governadores de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura Tavares que aportou aqui em 1752, todos os seus sucessores recebiam dos reis de Portugal a competência e a autorização para doarem Sesmarias a portugueses e a brasileiros que quisessem atravessar o Tratado de Tordesilhas e vir no Ocidente, numa terra que sequer pertencia aos portugueses! Mas, isso era um estímulo, a título de estímulo, para que pessoas viessem ocupar essa região.

Da Constituição de 1891, para cá, todas as constituições são republicanas - exceto as duas últimas -, deram aos governadores de estado da Faixa de Fronteira do Brasil, em especial a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Mato Grosso, o direito de expedirem títulos estaduais sobre áreas federais; notadamente, na chamada faixa de Fronteira, que se moveu ora em 66 quilômetros, ora em 100, ora em 150, para que brasileiros de outros rincões pudessem, apenas pelo preço do selo, adquirirem em seu nome próprio, até nove mil novecentos e noventa e nove hectares.

Pela Constituição de 46, até mil novecentos e noventa e nove hectares. São áreas que estão em Porto Esperidião, Vila Bela, Ponta do Aterro e Cáceres, essas faixas fronteiriças.

Então, ao longo da História do Brasil, os governantes construíram políticas de estímulo a ocupação de sua área. E agora, o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais se uniram com o Sul para acabar com os incentivos fiscais. São Paulo não tem interesse na industrialização de Manaus, da chamada SUFRAMA. São Paulo não tem interesse que nós ao invés de vendermos o bolo de soja, o óleo de soja, a proteína vegetal, onde vamos agregar valores e transformar, ele quer que Mato Grosso seja eternamente campeão de produção de grãos, de carne *in natura*, de madeira, para que lá eles tenham as indústrias de móveis, lá em Santa Catarina, São Paulo e Paraná! Lá, sim, vai ser o beneficiamento da nossa matéria-prima.

Então, dentro do Brasil, meu amigo Edson, há vários concorrentes adversários internos! E por isso nós não somos suficientemente fortes, o Centro Oeste, para peitar uma discussão com o Sul e Sudeste. Mas o sistema bicameral nacional vai permitir que no Senado possamos equilibrar e virar o jogo. Eu vou explicar por que.

O Centro-Oeste tem, junto, cinquenta e três Parlamentares apenas, são quarenta e um Deputados e doze Senadores. Temos o Norte e o Nordeste, se nós unirmos as três regiões mais pobres, Nordeste, Norte e Centro-Oeste, passamos a ter maioria no Senado, passamos a ter sessenta Senadores contra vinte e um do eixo Sul e Sudeste. E as reformas não serão aprovadas apenas na Câmara, onde as Bancadas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são maiores do que todo o restante do País, Prefeito Francisco. A Reforma tem que passar pelo Senado, daí a presença dos Senhores Senadores aqui ser fundamental. Essa articulação com os Senadores é mais importante do que com os Deputados Federais, porque os Senadores terão o voto decisivo para que a gente garanta a participação maior dos municípios no bolo ou não.

Então, eu quero, ao encerrar a minha fala, parabenizar o Ezequiel, que, desde que assumiu a Presidência da Associação, tem feito um trabalho hercúleo, uma formiguinha, presente em todos os cantos, sem nenhum constrangimento, sem nenhum preconceito, procurando todas as siglas partidárias, levando o interesse maior da sua representação.

Parabéns, Ezequiel, a Vossa Excelência, a toda sua diretoria, o corpo técnico que Vossa Excelência restabeleceu na AMM, um belo trabalho. Eu tenho a oportunidade de estar lá quinzenalmente junto com Afrânio, somos alunos de um curso que a AMM promove já na terceira turma, que é um mestrado na área de gerência das cidades, e nessa presença quinzenal podemos ver o dia-a-dia da AMM, a movimentação, a oxigenação que ela vem vivendo.

Parabéns ao Deputado Juliano Jorge que adentra neste Parlamento, neste Parlamento bicentenário, implantado em 1835, pela primeira alteração na Constituição Imperial. Funcionava ali na Rua Pedro Celestino, esquina com a Campo Grande, enfrente a antiga Sorveteria Seror, onde funcionou o SINE por muitos anos. Dali para cá, este Parlamento tem sido uma voz ativa. Jovem Deputado, Deus te abençoe, seja bem-vindo a esta Casa. Ao Palácio Filinto Müller, grandes homens, grandes inteligências por aqui passaram. Se Vossa Excelência adentrar no Instituto Memória desta Casa, Vossa Excelência vai mergulhar no oceano de sabedoria, de curiosidades, de gestos fantásticos, vai descobrir como é que surgiu a sua cidade Alta Floresta, quanto custou aquela área para Ariosto da Riva; como começou o processo de colonização privada neste Estado; como que o Estado de um lado, com a colonização pública, na região da grande Cáceres, abrindo as Colônias de reserva, de Jauru, de Rio Branco e, ao mesmo tempo o Estado, onde não tinha capital,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

abria para a iniciativa privada, para os bandeirantes paranaenses que haviam cumprido a missão no norte do Paraná, já haviam exaurido o sonho de fazer ali e vinham agora para cá. Que já haviam fundado Maringá, Londrina e agora estavam em nova fronteira agrícola.

Lá pelo Teles Pires, sonhou daqui, atingiu Santarém, foi a Belém, foi vítima dessa viagem o Coronel Peixoto de Azevedo, que acabou morrendo vítima de doenças tropicais...

Quanta história tem o nosso Mato Grosso.

Vossa Excelência chega aqui com o pé direito, propondo debater um assunto importante, um assunto que interessa, que agrega os Prefeitos.

Por fim eu digo, nós precisamos abrir o debate aos Prefeitos. Ontem, na reunião dos Governadores com a Bancada Federal, o Deputado Pedro Henry fez um comunicado que muito nos desgostou.

Eu pude me levantar de imediato e fazer um contraponto. Comunicou o Deputado Pedro Henry, Líder do PP, naquela Casa, de que naquela manhã havia tomado um café com o Presidente João Paulo, com o Ministro Palocci, com o Ministro José Dirceu, com o Ministro Guido Mantega e com todos os demais líderes partidários da Câmara, e que ficou acertado que o Governo faria a leitura do relatório da PEC 41, segunda-feira à noite. Estranho o dia. Não há Sessão, não há Ordem do Dia, é um dia em que o Parlamento está vazio, muitas vezes se quer tem quorum para abrir para os oradores do Pequeno Expediente.

Então, os Líderes da Câmara, com os Ministros da Área Estratégica definiram que o Relator Virgílio Guimarães, de Minas Gerais, fará a leitura do texto, a leitura do relatório na segunda-feira à noite, e que pretendem votar a matéria na quinta-feira.

Eu disse, então, aos Governadores, na presença do Deputado Pedro Henry que nós não poderíamos nos curvar aos interesses dos Líderes, porque os Líderes têm interesses menores, muitos menores do que os interesses dos municípios e dos Estados.

Aos Líderes um aceno do Palácio resolve a questão. Aos cidadãos que moram nos municípios dos Estados, muito distante disso (PALMAS).

Disse que nós não poderíamos nos curvar ao entendimento de Lideranças Partidárias, de meia dúzia de Deputados, que não consultaram nenhuma Bancada que os representa, e muitos menos os Governadores e os mais de cinco mil e seiscentos Prefeitos que perambulam como vaga-lumes de Governo em Governo, atrás de recursos para seus municípios. Num modelo malvado, perverso, num pacto federativo burro, centralizador, que repete o pacto da monarquia, onde o Presidente da República concentra mais de 60% da arrecadação dos impostos. Para quê? Para que ele possa exercer todo o seu poder sobre esse País: “Este Prefeito, não é do meu Partido, não vou atendê-lo; aquele, eu achei simpático, paguem a emenda dele; aquele outro, dêem mais um pouquinho para ele; aquele, eu não quero, estou bravo”. O dinheiro não é do Prefeito, é do cidadão. Isto não é o atual Governo, nem o Governo passado. Esse *modus operandi* está há quinhentos anos no País, onde o Presidente se vê como uma figura messiânica. Dar, não dar; veta, não veta; libera, não libera. Os Deputados são apenas despachantes. Nós não exercemos, hoje, função primordial coisa nenhuma. Os debates no Congresso Nacional são pobres.

Mais de 80% das leis, Deputado Juliano Jorge, dos últimos dez, quinze anos, originaram-se do Poder Executivo. Então, o papel do Legislativo está desprestigiado. Hoje, é um Parlamento de terceira categoria. Os Parlamentares que deveriam ter orgulho por debater idéias, apresentar projetos e usar da tribuna, hoje estão fazendo uma outra função. Hoje, eles se orgulham em ser Deputados empresários. Eles não querem saber se a sociedade quer o desarmamento ou não. Não estão interessados em aprofundar a discussão e a reforma tributária. Eles querem saber se eles estão levando emendas ou não, um desvirtuamento da função do Parlamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Então, eu encerro colocando o mais sincero reconhecimento quanto a sua iniciativa. E quero passar as suas mãos, Deputado Juliano Jorge, o texto do Deputado Sandro Mabel, que foi escolhido pelo Senador Jonas Pinheiro, por todos da Bancada do Centro-Oeste, para ser o nosso relator no tema Reforma Tributária. Ele fez os estudos e este texto, este documento, que vou deixar com Vossa Excelência, é proposta da Bancada do Centro-Oeste já aprovada. Esta é a proposta que os Deputados e Senadores do Centro-Oeste apresentam para aperfeiçoar o texto da PEC 41.

E gostaria que os Prefeitos pudessem se debruçar sobre essa matéria, criticá-la, conhecê-la e sugerir alterações para que, na próxima semana, nós possamos, quem sabe, aprovar a inclusão dessas matérias no texto. Está ok?

Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) – Gostaria de agradecer ao Deputado Wilson Santos e dizer que estamos passando esta cópia da reforma tributária para o Presidente da AMM para que ele passe a todos os prefeitos de Mato Grosso e também tirar cópia para todos os Deputados atuais aqui da Assembléia Legislativa.

Informo aos prefeitos que a Câmara Municipal de Cuiabá também aderiu a nossa paralisação amanhã, e vai fechar suas portas logo após o almoço. Muito obrigado.

Com a palavra, a Vereadora Enelinda Scalla.

A SR^a ENELINDA SCALLA – Boa-tarde a todas e a todos!

Cumprimento a mesa, na pessoa do Deputado Juliano, e todos os demais prefeitos na pessoa do Presidente da entidade, a Associação Mato-Grossense dos Municípios.

Srs. Prefeitos, tenho muito prazer de estar aqui com os senhores, até porque têm muitos dos senhores que não conheço. Não tive a oportunidade de estar em todos os municípios do nosso Estado. Fui em vários, em muitos, mas não em todos.

E quero que os senhores saibam que, logo que aqui cheguei, nessa luta da nossa vida, quando sinto uma injustiça profunda, não consigo deixar de me indignar. Por isso mesmo, que nem bem cheguei aqui, me expressei da forma como me expressei.

A vida toda nessa caminhada da construção do PT, desde a sua fundação até nos dias de hoje, temos lutado muito por justiça, e essa tem sido a razão de ser da nossa vida pública e de estarmos na política.

E quero que os Srs. Prefeitos compreendam que eu conheço a situação difícil porque passam os municípios.

Sei que, há muito tempo, foram repassando para os municípios obrigações, responsabilidades, sem passar os devidos recursos para que eles pudessem bancar. Eu tenho essa clareza, tenho esse conhecimento.

Mas fiquei muito contente, aqui, de ouvir a retrospectiva histórica do Deputado Wilson Santos, que é um professor de História, tem muitas coisas na fala dele e sempre estou aprendendo um pouco de história e gosto muito.

Mas eu fiquei feliz porque eu quero que os senhores saibam que desde a existência do nosso País, constituído por índios, brancos e negros, que tivemos aqui os portugueses que Deputado Federal Wilson Santos, já fomos conformados com muita injustiça. Aqui encontramos os nossos índios, viemos para cá, os brancos, depois os negros escravos, e as terras foram repartidas de forma oligárquica, não é? E nós estamos nesses anos todos num grande esforço para construir justiça. Muito esforço!

Então, quero que os senhores saibam que eu me indignei com o Secretário de Finanças da Prefeitura, porque a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores não tinha maioria no Senado Federal, nem na Câmara dos Deputados. Ela não tinha maioria! A nossa Bancada sempre foi muito aguerrida, combativa, muito trabalhadora, mas não tínhamos a maioria. A maioria era do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

Governo, governo do PSDB, PMDB, PFL e de todos os outros partidos. Eles tinham maioria e ficaram oito anos lá governando. E temos partidos aqui que sempre estiveram no Poder. Pela primeira vez na História, se não me falha o conhecimento, o PFL não está no Poder. Pela primeira vez na História, porque toda vida ele sempre esteve no Poder. Sempre esteve nos altos cargos do Brasil.

Então, nós sabemos que a reforma da previdência, que tem tantos privilégios que precisam ser corrigidos, e a reforma tributária, elas não tiveram... Os governos que nos antecederam, e até quero destacar a reforma tributária, como falavam sempre: “Precisa fazer reforma tributária, precisa fazer reforma tributária” e os prefeitos sofrendo. E os prefeitos lá de pires na mão nos ministérios, tendo que gastar dinheiro com gente, lá em Brasília, para poder estar fazendo *lobby*... (NESTE MOMENTO, UM PREFEITO DA PLATÉIA FALA - INAUDÍVEL).

A SR^a ENELINDA SCALLA - Sempre, mas nunca aconteceu. A reforma da previdência, da mesma maneira.

Os senhores sabem por quê, meus caros prefeitos? Porque não tiveram a devida coragem de enfrentar a adversidade, de enfrentar as diferenças, de enfrentar o conflito profundo de interesses, mas nós temos coragem.

Então, o nosso Presidente, Lula, que é um orgulho que temos, e quero passar para os Prefeitos que eu convivo com o Presidente há muitos anos, vai fazer vinte e quatro anos que convivo com o Presidente da República, tenho uma confiança profunda nele. E vou dizer mais, aquilo que o nosso Presidente colocou quando recebeu todos os prefeitos, dois mil prefeitos no começo do ano e foi uma pena que tinha poucos prefeitos de Mato Grosso, cerca de trinta e nove, não é Deputado? O Deputado estava lá. Onde o Presidente da República recebeu com todos os Ministros e ele colocou: “Os Senhores podem confiar que nós vamos mudar essa situação, vamos fazer Justiça, vamos tirar essa situação dos prefeitos ficarem de pires na mão.”

E mais, Senhores, eu até quero dizer que sou de luta, nós somos de luta, de movimento. E esse movimento que os senhores estão fazendo para chamar atenção para as injustiças dos municípios, tudo bem! Acho justo, acho legítimo, para que todos os setores da sociedade possam ouvir, porque o nosso Presidente levou para o Congresso as propostas consensuadas com os Governadores e disse com toda clareza que o Congresso Nacional é soberano e as nossas leis, dessas reformas, serão frutos do Congresso Nacional e ele vai respeitar e vai cumpri-las. Então, os movimentos de todo setor da sociedade no Congresso, junto ao Senado, junto aos Deputados, ele é legítimo, que são grandes conflitos de interesses.

Portanto, eu gostaria de dizer para os Srs. Prefeitos que quando o nosso Presidente disse que iria fazer justiça, ele vai, ele vai fazer justiça junto com toda sociedade e com o Congresso, o Congresso é responsável e eu confio em todos os debates, porque ele tem sido feito com muita clareza, com muita transparência. Nós já tivemos aqui um debate da Reforma Tributária e a cada dia que tem movimentos, que tem debates, vai aprimorando essas leis, nós vamos construindo o melhor para o País. E digo mais, temos a clareza de que muita coisa, a maioria do que os senhores estão trazendo, é justa. Mas nós temos a clareza de que um movimento dessa magnitude e da maneira como está sendo, no primeiro ano de um Governo, com sete meses de Governo, tem muito de político no processo. Tem muito de político no processo!

Daqui a quatro anos, nós vamos avaliar o nosso Governo, se Deus quiser.

Nós temos quatro anos para mostrar porque viemos e para que viemos. Então, aí sim, aí nós vamos poder fazer uma análise profunda. E vou mostrar para os Srs. Prefeitos, com muita alegria e com muita fraternidade, que nós vamos ficar muito alegres, porque vamos conquistar muita justiça. E vou dar um exemplo, rapidamente, porque meu tempo está acabando. O exemplo que eu quero trazer é o de que já estamos contrariando interesses muito forte, e vamos contrariar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14:30 HORAS.

muito mais, porque este Governo vai priorizar mesmo os pequenos e médios como todos os brasileiros, mas fundamentalmente os pequenos.

Nós temos o FCO, que até o nosso ex-Deputado Gilney Viana, atual Secretário de Desenvolvimento Sustentável, participou desse debate, dessa luta que, por sete a seis, já mudamos, por determinação do Presidente da República, a lógica desse dinheiro. Qual é a lógica? A lógica é a de que seja esse dinheiro fundamentalmente para os pequenos. É uma lógica que nunca foi discutida em Governo algum, mas está sendo discutida e levantada pelo nosso Governo.

Então, agradeço a tolerância que os senhores tiveram para conosco, agradeço o direito da fala, porque, em primeiro lugar, deveria ser de todos os Prefeitos, aqui é o movimento dos Prefeitos e também nós, Vereadores, estamos muito envolvidos nisso.

Srs. Prefeitos, podem confiar no nosso Governo. Continuem a luta de todos, que é legítima, mas os senhores podem confiar. O nosso Governo vai fazer as mudanças que outros Governos não tiveram a coragem de fazê-las. Mas nós somos acostumados a tudo isso, nada disso nos assusta. Nós sabemos onde nós queremos chegar e vamos chegar com muita determinação política.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (JULIANO JORGE) - Gostaria de agradecer aqui a todos os Prefeitos Municipais: o Geraldo, Prefeito de Carlinda; o Geremias, Prefeito de Nova Monte Verde, a todos os Prefeitos que vieram dos mais longínquos municípios.

Agradeço a presença do Deputado Federal Wilson Santos, dos Deputados Estaduais que se fizeram presentes e assinaram esse documento, que é de muita importância, onde nós vamos participar, Deputado Wilson Santos, juntamente com todos os Prefeitos de Mato Grosso, dessa caminhada do dia 10 de setembro, em Brasília, para, realmente, juntamente com Vossa Excelência, com a Bancada Federal, com os nossos Senadores, tentarmos resolver o mais rápido possível essa queda brusca, de maio para cá, do FPM, do Fundo de Participação dos Municípios. As Prefeituras não estão agüentando mais, estão dispensando funcionários, estão paralisando. E isso faz com que o problema de maior grandeza social desse País, que é o desemprego, aumente ainda mais.

Então, agradeço a todos. E gostaria de cumprimentar o companheiro Salvador, que foi um dos idealizadores desta Audiência Pública.

Gostaria de agradecer a todos os funcionários da Assembléia Legislativa, a todos os Vereadores; ao Presidente da AMM, Sr. Ezequiel Fonseca.

Também, gostaria de dizer que este encontro foi o ponta pé inicial de uma grande briga que vem pela frente e nós estaremos acompanhando todos os Prefeitos de Mato Grosso.

Muito obrigado e que Deus os ilumine! (PALMAS).

Está encerrada a Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Regina Célia Garcia;
- Revisão:
 - Nilzalina Couto M. Silva.